

Revista

# FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Ano IV  
N.º 38  
1,50 €  
Dezembro de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão



Em causa compromisso sobre afastamento do despedimento coletivo

## Acordo com BCP mais difícil



Artigo do politólogo André Freire

**A democracia e a confiança nas instituições e nos sindicatos**

13



Conferência Febase  
**Movimento sindical procura novo rumo**

4



## Boas Festas

A equipa da Revista Febase deseja a todos os associados e leitores Boas Festas e um Feliz Natal. Voltamos ao contacto a 14 de Janeiro

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Mário Mourão – SBN

**Conselho editorial:**  
Firmínio Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 062/090  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Ére, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 65.350 exemplares  
(sendo 5.350 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**CONFERÊNCIA FEBASE** | Rumos para o sindicalismo  
Configuração atual dos sindicatos desmoronou-se **4**  
O ideal do administrador **4**  
Caso BCP sempre presente **5**  
Sindicatos: lembrados e esquecidos **5**  
Sindicalizados no mundo... **6**  
... e em Portugal **7**  
Debates sem tabus **7**  
Dificuldades da sindicalização **8**

**Atualidade** | **SINDICAL**  
Secretariado aprova Plano de Atividades e Orçamento **9**

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Sindicatos exigem ao BCP que não haja despedimento coletivo **10**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
A importância da contratação coletiva em época de crise **12**

**VISTO DE FORA** | André Freire  
A democracia e a confiança nas instituições e nos sindicatos **13**

**QUESTÕES** | Jurídicas  
Trabalho digno para todos **16**

**DOSSIÊ** | Sobreendividamento  
Crise aumentou situações de incumprimento bancário **18**  
Respostas legislativas **19**  
Aprender a evitar dívidas **20**  
O exemplo de Berlim **20**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Caminhadas Febase **23**



**24**  
| Bancários Norte



**26**  
| Bancários Centro



**28**  
| STAS Actividade Seguradora



**30**  
| Bancários Sul e Ilhas



TEXTO: ANÍBAL RIBEIRO

Vencer a crise exige novas políticas de crescimento, de emprego mais justo e solidário, menos austeridade e mais criatividade, pondo de lado a cruzada de que é necessário embaratecer o fator trabalho para se poder ser competitivo e produtivo

## Será que este País não pode ser para jovens?

**D**e depois de vários anos a ouvirmos dizer que este País não é para velhos, hoje perguntamo-nos se este País é para jovens.

Esta mutação não advém da constatação de que os mais velhos passaram a ter uma vida sem amarguras e dificuldades, até porque este Governo estendeu as medidas penalizadoras de cortes também a estes.

O empobrecimento generalizado do País atinge de forma gravosa os mais fracos, independentemente da faixa etária, e em concreto e de forma aflitiva os mais idosos com rendimentos mais baixos.

Porém, são as novas gerações que estão perante o maior drama: o de estarem face a uma realidade difusa e sombria, o de se confrontarem com a impossibilidade de ter um futuro em Portugal.

Estranhamente, e em contraste com o que todos os dias nos entra em casa pela voz dos mais poderosos e com um lugar nos media, há em Portugal uma minoria de reformados com ganhos acima da média. Defendem-se dizendo que isso resulta da sua carreira contributiva, mas na generalidade dos casos não é totalmente verdade: até 2006 era possível escolher os cinco melhores anos dos últimos 15 anos no ativo, ou seja, muitos reformaram-se com os valores mais elevados da sua carreira contributiva, ainda que tenham descontado sobre salários baixos durante grande parte do tempo.

Do outro lado está a maioria dos pensionistas portugueses, os que no ativo sempre estiveram do lado de baixo na folha de remuneração e que quando se aposentaram não tiveram muito por onde escolher, com poucos direitos e poucas reformas.

A população residente em Portugal voltou a diminuir, resultado do valor negativo do crescimento natural e do saldo migratório.

Um País cada vez mais velho, sem políticas de natalidade, sem apoio aos jovens casais que querem ter filhos, com custos de educação cada vez mais altos e rendimentos cada vez mais baixos.

Os jovens, os poucos que vão conseguindo emprego, auferem 500 euros de salário, num qualquer trabalho precário e sem expectativas de futuro.

Quem vai pagar as reformas, suportar os custos de um País mais pobre e envelhecido, com o desemprego a atingir uma taxa de 16,3% – e que nos jovens é de 36,9%?

Um dos maiores problemas da sociedade está na força da impunidade, e esta coloca-se diretamente na ausência de equidade.

Vencer a crise exige novas políticas de crescimento, de emprego mais justo e solidário, menos austeridade e mais criatividade, pondo de lado a cruzada de que é necessário embaratecer o fator trabalho para se poder ser competitivo e produtivo. ■

Configuração atual dos sindicatos desmoronou-se

## Mudar ou (quase) morrer

Debater o futuro do sindicalismo é uma tarefa tão necessária quanto complexa. O diagnóstico é quase unânime – a mudança é inevitável, sob pena de definhamento contínuo – mas não há soluções mágicas. Algumas pistas foram deixadas na última conferência da Febase

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

"Que rumos para o sindicalismo?", tema da conferência Febase que encerrou o ciclo de 2013, indicia já a aceção de mudança – a certeza do atual caminho não admitiria interrogação.

Catapultando o debate interno para o exterior, a Federação do Setor Financeiro lançou o desafio de refletir sobre o futuro do sindicalismo a um empresário, uma jornalista e um académico, reunindo no dia 26 de novembro, no Goethe Institut, ao Campo Mártires da Pátria, em Lisboa, José António de Sousa (CEO da Liberty Seguros), Helena Garrido (diretora do Jornal de Negócios) e Alan Stoleroff (professor e investigador do ISCTE).

Como referiu logo no início Carlos Marques, que moderou o debate, a



### O ideal do administrador



José António de Sousa, CEO da Liberty Seguros, resumiu a visão dos gestores sobre a prática sindical, apresentando a postura que gostariam de ver nos sindicalistas com quem negociam.

O que o gestor espera encontrar do outro lado da mesa de negociações:

- Não utilização de "armas letais";
- Conhecimento dos dossiês em discussão;
- Interlocutores com noção do que é negociável;
- Justificação das reivindicações com base no conhecimento profundo da situação da empresa;
- Interlocutores com uma preocupação genuína pela empresa e pelos postos de trabalho que ela representa. ■

conferência teve "a originalidade de pôr pessoas de fora a discutir o tema" para uma plateia dominada por sindicalistas.

"Os sindicatos estão a perder capacidade de funcionamento por não perceberem os sinais da sociedade", assumiu desassombradamente o vice-secretário-geral da Febase e presidente do STAS, ao considerar a necessidade de discutir "as transformações que têm de fazer", a começar por atrair os jovens, afastados até pelo "hermetismo" do discurso sindical – a falta de gente nova na sala é um exemplo significativo.

"Neste momento de gravidade, a ajuda dos sindicatos está focada nos direitos em causa (como o aumento do horário semanal para 40 horas na função pública), deixando para depois as questões organizativas e estratégicas", concedeu Carlos Marques, reverberando a premência de combater as ameaças ao sindicalismo, externas e internas.

Entre as primeiras enumerou a precarização do trabalho; o desemprego, e especialmente o dos jovens; a tentativa de retirar protagonismo aos sindicatos na negociação coletiva; o fraco sentimento de solidariedade e o culto do individualismo. "Há pouco mais de um ano, as pessoas protestaram na



Carlos Marques moderou o vivo debate

grande manifestação de 15 de setembro, organizada pelos movimentos sociais; hoje, com condições sociais mais complexas, a sociedade não consegue mobilizar tantas pessoas", frisou, interrogando se os sindicatos devem estar "de costas voltadas para os movimentos sociais".

As ameaças internas passam pela dificuldade dos sindicatos em relacio-

narem-se com uma franja significativa de trabalhadores; uma informação sindical muito hermética; falta de novos quadros sindicais; e inexistência de um diálogo que permita debelar a fragmentação sindical.

"Há um grande número de sindicatos e uma grande dificuldade em juntá-los à mesa", reconheceu Carlos Marques. "Na Febase está em discussão a cria-

ção de um sindicato único, mas é um processo de enorme lentidão. Não enfrentamos a questão com a frontalidade com que deveríamos".

## A perspetiva do gestor: Partidarização e radicalização

CEO em Portugal da multinacional norte-americana Liberty Seguros, 25 anos ►

## Caso BCP sempre presente

As negociações em curso entre os Sindicatos dos Bancários da Febase e a administração do BCP com vista a um reajustamento salarial que evite o despedimento coletivo dominaram o debate, sendo um "caso de estudo" frequentemente citado pelos oradores como um exemplo de estratégia sindical.

Logo na abertura da conferência, Carlos Marques referiu-se a esta situação, considerando que "a forma como estes Sindicatos estão a atuar mostra que são agentes de mudança".

Também José António de Sousa, CEO da Liberty Seguros, elogiou a postura sindical à mesa de negociações, definindo-a como "uma lufada de bom senso".

A jornalista Helena Garrido citou as negociações no BCP e na Autoeuropa como casos de sucesso da intervenção sindical, enquanto o professor do ISCTE Alan Stoleroff defendeu como sindicalmente compreensível negociar ajustamentos salariais como contrapartida para a salvaguarda dos postos de trabalho. ■



## Sindicatos: lembrados e esquecidos

Em jeito de provocação, a diretora do Jornal de Negócios, Helena Garrido, apresentou uma dicotomia entre o que a generalidade da população se lembra quando pensa em sindicatos e do que esquece sobre o papel destas organizações na sociedade.

Do que nos lembramos quando pensamos em sindicalismo?	Do que não nos lembramos quando pensamos em sindicalismo?
Conflito	Cooperação
Manifestações	Trabalho em rede ou equipa
Greves	Paz social
Tensão	Segurança
Pressão	Prosperidade
Violência	Crescimento
Descontentamento	Emprego
Reivindicação	



► emigrado e regressado ao País em 2003, José António de Sousa foi controverso q.b. face a uma audiência maioritariamente sindical.

Caraterizou o atual momento social e político por um elevado grau de crispação e de intolerância a pontos de vista diferentes, o que em sua perspetiva "indica que a vida em sociedade traduz uma primária preparação democrática".

Defendendo, na linha do politicamente correto, "consensos e diálogos construtivos", vaticinou que "com esta forma de atuar estamos próximo da síndrome da trincheira e não vamos a lado nenhum".

Exemplificando, projetou vários excertos de opiniões na blogosfera, em que se critica um sindicalista caluniando-o e acusando-o de colaborar com os patrões. "Nós, os que estamos verdadeiramente interessados num diálogo sério, deixamos um espaço aberto na blogosfera", disse.

Referindo-se concretamente ao movimento sindical, criticou o que definiu como subordinação "a agendas políticas e partidárias", exemplificando com a convocação de greves gerais de "luta política

contra o Governo que está no extremo oposto dos partidos políticos" que apoiam.

A partidarização e radicalização dos sindicatos "afasta as pessoas que não se identificam com eles", defendeu o gestor, considerando que essa é uma das causas da baixa taxa de sindicalização em Portugal, em contraponto à dos países nórdicos, na ordem dos 70%, o que, em sua opinião, se deve ao facto de ali "os sindicatos representarem realmente o pensamento dos seus membros".

Uma conclusão de certa forma contrariada por Alan Stoleroff, ao afirmar que a realidade na Suécia "está a desmoronar", pois com a ascensão dos neoliberais ao governo "os sindicatos estão a ser atacados ideologicamente e noutros sentidos". O professor e investigador do ISCTE lembrou que aquele país construiu um determinado tipo de sociedade "porque o movimento sindical era extremamente bem organizado e atuou em conjunto com o partido social-democrata (socialista). Os sindicatos entenderam que só se poderia chegar ao socialismo através de uma maioria eleitoral".



Também um sindicalista da assistência discordou da opinião do gestor, interrogando-o se na sua empresa estaria disposto a aplicar uma convenção coletiva só aos sócios do sindicato subscritor. Face à resposta negativa, justificada pela igualdade de condições para todo o universo, o sindicalista retorquiu: "Tem aí a explicação para a baixa taxa de sindicalização em Portugal".

## A visão da jornalista: atuar em lobby

Assumindo não ser especialista em sindicalismo mas apenas sindicalizada "por uma questão de princípio", Helena Garrido trouxe ao debate a visão do cidadão comum através do que designou como "desafio provocatório". Ou seja, do que nos lembramos quando pensamos em sindicatos e o que esquecemos (ver caixa).

Questionando por que os sindicatos são criticados, a diretora do jornal de Negócios adiantou algumas respostas possíveis: parece estarem focados nos problemas e não nas soluções; protegem todos por igual, quem tem mérito e quem não tem; protegem apenas quem está empregado, não os desempregados.

Face a uma situação marcada pelo desemprego, redução de rendimentos e perda de poder do fator trabalho, a jornalista lança a interrogação: "Por que não consegue o movimento sindical congregar o descontentamento?".

Considerando que os trabalhadores "não identificam nos sindicatos a reso-

## Sindicalizados no mundo...

A percentagem de trabalhadores sindicalizados diminuiu entre 2000 e 2010 na maioria dos países. O quadro apresenta alguns países da OCDE como exemplo.

País	2000	2005	2010
Alemanha	24,6	21,7	18,5
Austrália	24,5	21,9	18,0
Áustria	36,6	33,3	28,1
Canadá	30,2	29,9	29,5
Chile	13,3	13,5	15,0
Espanha	16,7	15,2	-----
Estados Unidos	12,9	12,0	11,4
Estónia	14,9	9,1	8,1
Finlândia	75,0	72,4	70,0
França	8,0	7,7	----
Grécia	26,5	24,6	----
Holanda	22,9	20,6	18,6
Irlanda	38,0	34,0	35,0
Itália	34,8	33,6	35,1
Japão	21,5	18,8	18,4
Luxemburgo	42,5	41,4	-----
Noruega	54,4	54,9	54,8
Polónia	24,2	19,0	15,0
Portugal	21,6	21,2	19,3
Reino Unido	30,2	28,4	26,5
Suécia	79,1	76,0	68,4
Turquia	9,9	8,2	5,9
Países OCDE	20,2	18,7	17,5

Fonte: OCDE, citada por Alan Stoleroff



Uma assistência participativa seguiu com interesse as intervenções

lução dos seus problemas", Helena Garrido apontou ideias sobre "o que deveriam ser os novos sindicatos": funcionar como grupos de pressão ("jogar as regras do jogo e seguir a lógica de um

lobby"); denunciar as violações da lei ("temos ótimas leis que não são cumpridas, a IGT deveria ser a maior aliada dos sindicatos, façam-na funcionar"); proteger mais do que que expor (os custos fixos de

## Debates sem tabus

**F**im de ano, fim de ciclo. Com a conferência "Que rumos para o sindicalismo?" terminou o primeiro ciclo de conferências Febase.

Ao longo do ano foram debatidos temas transversais e pertinentes não só para o setor financeiro mas para a sociedade em geral. A viabilidade da Segurança Social ou o futuro do sindicalismo foram casos paradigmáticos.

O ciclo cumpriu o objetivo a que a Febase se propôs: dinamizar o debate, permitindo a trabalhadores e cidadãos o acesso a informação e a perspectivas inovadoras e enriquecedoras, divergentes entre si, por vezes controversas. E sobretudo extravasar o universo sindical, trazendo para o interior das estruturas novas perspectivas.

Face ao balanço positivo das conferências, com elevada participação e proporcionando discussões acesas, a Federação pondera a continuação da iniciativa em 2014, com outros temas e um formato diferente. ■

quem hoje trabalha são muito elevados, por isso perder o emprego é muito grave e as pessoas não querem expor-se"); cooperar mais do que conflitar; apoiar o mérito; lutar pela liberdade de circulação de pessoas ("a liberdade dá mais poder ao fator trabalho, o capital ganhou com essa liberdade").

A ideia de atuar numa lógica de lobby provocou algum incómodo na maioria dos sindicalistas presentes.

### A análise do académico: forma quase esgotada

A intervenção de Alan Stoleroff eletrizou a sala. Polémico, provocante e profundo conhecedor da temática, o professor e investigador do ISCTE causou por diversas vezes um zunzum na assistência. Criticou as medidas orçamentais do Governo e o aproveitamento da situação do País para se cortar salários e pagar à tarefa; considerou a estratégia da UGT na concertação social "um fracasso" e reconheceu uma mudança na central com o novo líder; defendeu que a dependência partidária é não só da CGTP em relação ao PCP mas também da UGT relativamente ao PS, argumentando que a aliança entre sindicatos e partidos não é forçosamente negativa, como aconteceu na Suécia; acusou sindicalistas de ambas as centrais de continuarem a manter a configuração ideológica da guerra fria, que hoje é disfuncional. "À frente da CGTP e dos seus sindicatos diria a mesma coisa que hoje digo na Febase e na UGT", frisou. ►

## ... e em Portugal

A sindicalização regista um decréscimo permanente em Portugal, com algumas exceções. O quadro, uma adaptação do original de Jelle Visser, apresenta apenas alguns anos, tendo sido selecionados aqueles para os quais existem dados sobre sindicalização total

Anos	Sindicalização Total	Sindicalização	Trabalhadores p/ conta outrem	Densidade sindical (%)
1978	1.486.8	1.486.8	2.447.0	60,8
1979	1.500.0	1.500.0	2.496.0	60,1
1984	1.300.0	1.300.0	2.752.0	47,2
1986	1.150.0	1.150.0	2.791.0	41,2
1990	920.0	920.0	3.289.0	28,0
1995	822.0	800.0	3.154.4	25,4
1997	830.0	805.1	3.192.0	25,2
2002	800.0	768.0	3.718.3	20,7
2003	816.0	783.4	3.701.8	21,2
2004	836.0	802.6	3.746.5	21,4
2006	839.5	805.9	3.868.3	20,8
2008	836.5	803.0	3.918.6	20,5
2010	769.5	738.7	3.819.5	19,3

Fonte: Jelle Visser (ICTWSS Database at <http://www.uva-aias.net/208>), citado por Alan Stoleroff

Legenda: Sindicalização = sindicalização total menos os sócios dos sindicatos fora da força de trabalho ativa; Densidade sindical = sindicalização como proporção dos trabalhadores por conta de outrem



Não faltaram comentários e perguntas aos oradores

## Dificuldades da sindicalização



O professor e investigador do ISCTE Alan Stoleroff destacou alguns fatores que influenciam negativamente a sindicalização e a disponibilidade para a ação coletiva:

- Precariedade laboral (vínculos, risco de desemprego, etc.), que provocam insegurança e, consequentemente, individualização ou retraimento;
- Relações de trabalho (polarização das qualificações e dualizações) que levam a um envolvimento que se traduz em individualização ou retraimento;
- Gestão de recursos humanos centrada na competição "meritocrática" e intensificação (inclusive psicológica) do trabalho, causando individualização;
- Integração na cultura do consumismo, gerando dependências, individualização e espaço privado.

Destes fatores resulta uma fragmentação de interesses e dependência (e passividade). Tendências contrárias ou efeitos da crise? ■

► Assumindo-se como "sindicalista dos professores", reconheceu a dificuldade que é organizar pessoas. "É fácil ser sindicalista na Suécia, onde partidos e governo apoiam-se nos sindicatos. Em Portugal sempre foi muito difícil ser sindicalista".

"Os sindicalistas são, em certa medida, o meu objeto de estudo", disse, explicando que a abordagem sociológica é analítica, compreensiva e interpretativa, "não imputando um modelo de bom ou mau sindicalismo", ou seja, sem juízos de valor.

Antes de chegar à conclusão de que "a configuração do sindicalismo atual está quase esgotada" e que "estamos perante um período em que haverá necessariamente mudança nos sindicatos", Alan Stoleroff fez uma pequena contextualização.

"Não há um sindicalismo, há diversos modelos com diversas configurações ideológicas, situados em diversos contextos institucionais", adiantou.

Os modelos sindicais podem ser explicados a partir da sindicalização, tendo em conta os incentivos institucionais, culturais, económicos e políticos, e analisando a base de diferenciação entre países e sindicatos/setores com alta, média e baixa taxa de sindicalização. Do ponto de vista sociológico importa a institucionalização de um padrão de relações industriais, bem como os estímulos ou choques externos que abalam os contextos.

Para saber se o sindicalismo está em crise, é preciso observar duas perspetivas: quantitativa e qualitativa. Relativamente à primeira, verificar se se trata "de um declínio relativo ou gradual, se há marginalização ou desaparecimento"; quanto à segunda, averiguar qual "a evolução do papel dos sindicatos nos locais de trabalho, nas empresas, organizações e na sociedade".

Depois deste enquadramento teórico, o académico deixou algumas questões estratégicas para reflexão, que poderão ajudar a responder ao repto da conferência: é necessária uma refundação do movimento sindical?

"A configuração institucional que gerou e sustentou o padrão do sindicalismo e o sistema sindical em Portugal desde 1974 desmoronou-se", afirmou Alan Stoleroff.

De uma forma muito direta, o investigador adiantou que "do ponto de vista estratégico, a configuração sindical existente continua disfuncional, em todos os planos" e "as estratégias não têm eficácia".

"A estratégia das centrais sindicais falhou, estão a bater contra a parede", concluiu perante uma plateia de sindicalistas maioritariamente constangidos. ■



## Secretariado aprova Plano de Atividades e Orçamento

## Negociação coletiva é prioridade para 2014

Dar resposta às dificuldades laborais que se adivinham para o próximo ano estará no centro da atuação da Febase

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Desbloquear a revisão do ACT é um dos objetivos principais

O Secretariado da Febase, reunido no Porto no dia 4, aprovou o Plano de Atividades e o Orçamento para 2014.

O Plano de Atividades é um documento fortemente dirigido à negociação coletiva, que começa por sublinhar que o próximo ano marcará de forma indelével a atividade sindical em geral e a do setor financeiro em particular – dando, por isso, desde logo, a tónica para o envolvimento a que a Federação irá ser chamada nas suas principais iniciativas.

A Febase não se mostra particularmente surpreendida pela constatação de que a profunda transformação em marcha na sociedade portuguesa afetará todas as vertentes do Estado Social construído nas últimas quatro décadas, mas, sobretudo, colocará em causa o futuro do próprio Estado Social: "O Orçamento de Estado para 2014 continuará a penalizar os trabalhadores portugueses. As medidas nele inscritas vão provocar, entre outras situações de grande penosidade para o Estado Social, novas reduções a nível do emprego, dificuldades acrescidas para o acesso a novos postos de trabalho e o agravamento dos rendimentos das famílias".

Ora, como as situações elencadas no documento são transversais a todos os ramos de atividade económica, o setor financeiro não passará incólume – daí resultando a circunstância de os Sindicatos da Febase se verem obrigados a manter, e até a incrementar, a intensa atividade que têm vindo a desenvolver no domínio da negociação coletiva, sem, naturalmente, esquecerem todas as outras valências para que se encontram vocacionados.

### Banca em destaque

A realidade está comprovada desde a eclosão da crise: banca e seguros passaram de motores das economias e

dos investimentos, a causadores da recessão económica, sendo muito embora verdade que não foram os trabalhadores deste setor que definiram as políticas das respetivas empresas, dos mercados e dos países.

Ao contrário, "os trabalhadores cumpriram bem a sua missão, contribuindo de forma marcante para o desenvolvimento dos bancos e das seguradoras portuguesas, reconhecidos como dos mais modernos e rentáveis da Europa, e são injustamente afetados pela conjuntura ou pela estrutura – só o tempo o dirá –, com consequências na empregabilidade num setor que se manteve em expansão até há bem pouco tempo".

O Plano de Atividades salienta que, sem esquecer as iniciativas no campo da contratação protagonizadas pelos Sindicatos do subsector segurador da Febase, sobressaem todavia as negociações na banca, pelo volume e pela atualidade de que se revestem na transição de 2013 para 2014: "Está em curso a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário. As instituições de crédito pretendem a desregulamentação, ao mesmo tempo que querem deixar ao critério de cada uma um conjunto de matérias que carecem de maior atenção da Febase.

Também com a Parvalorem está a ser discutido um acordo de empresa "que enquadre os seus trabalhadores, salvaguardando assim um conjunto de direitos que ainda detêm, por força de estarem, enquanto decorrem as negociações, ao abrigo da generalidade do ACT".

O documento considera assim que, "porque a função mais nobre dos sindicatos e das suas federações consiste na negociação coletiva", será essa a principal preocupação da Federação no próximo ano, não colocando de lado todas as outras vertentes que a afirmarão no contexto atual.

### Revista e sítio online

Nas outras áreas destaca-se a manutenção da publicação da revista de informação Febase "como veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais e de tempos livres" e a construção do sítio da Febase, bem como promover e incentivar os sindicatos na divulgação da informação através da Internet e desenvolver as "Conferências Febase", com o objetivo de analisar as principais questões que preocupam os trabalhadores e os sindicatos.

O Plano de Atividades culmina com uma declaração que não permite dúvidas quanto à firmeza das intenções dos subscritores: "Os sindicatos da Febase continuarão, como é seu timbre, a privilegiar o diálogo, como forma de ser e de estar. Mas lutarão até aos seus limites, em todas as sedes, para que sobre os associados que defendem não recaiam sacrifícios ainda mais violentos. Tudo faremos pela defesa do emprego, para que os trabalhadores dos seguros e da banca, bem como os respetivos agregados familiares, não sejam ainda mais penalizados por situações a cuja responsabilidade são completamente alheios." ■

### Um Orçamento equilibrado

O Orçamento aprovado para vigorar no decurso de 2014 fixa um montante global de custos cobertos por um valor idêntico de receitas, sendo que os valores sofrem uma redução de 37.900 euros relativamente a 2013.

As rubricas que apresentam uma redução de custos são o Secretariado, Contratação Coletiva, Projetos, Pelouro Administrativo e Financeiro, Mesa da Assembleia Geral e Comunicação.

Mantiveram-se as verbas orçamentadas para os Conselhos Geral, Fiscalizador de Contas e Disciplinar.

A única rubrica que regista um reforço de verbas é a da Informação. ■



# Sindicatos exigem ao BCP que não haja

As negociações entre a Febase e a administração do BCP complicaram-se nas últimas sessões. Os Sindicatos da Federação exigem do banco o compromisso de que não haverá despedimentos coletivos durante a vigência do plano de reestruturação. Um acordo de ajustamento salarial está dependente dessa condição

Texto: **INÊS F. NETO**

**H**á cerca de um mês que a Febase e a administração do BCP estão em intensas negociações com o objetivo de encontrar uma plataforma de acordo que permita salvaguardar pelo menos quatro centenas de postos de trabalho em risco, permitindo ao banco, simultaneamente, cumprir as obrigações inerentes ao plano de recapitalização.

Recorde-se que a falta de um acordo com os sindicatos coloca na mira do despedimento cerca de 1.600 trabalhadores, indemnizados com base nas con-

dições estabelecidas no Código do Trabalho.

Desde o início, a grande preocupação da Febase tem sido, por um lado, salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho e, por outro, conseguir condições sociais e financeiras mais vantajosas para os trabalhadores que voluntariamente abandonarem o banco, através de rescisões de contrato por mútuo acordo e por reformas antecipadas.

Do mesmo modo, considera fundamental que os trabalhadores sejam

## Compromisso com Bruxelas

**P**ara recorrer ao plano de recapitalização com apoio estatal, o BCP assumiu um compromisso com a Autoridade Europeia da Concorrência (DGcomp) e o Estado que exige o cumprimento de um programa de reestruturação interna plasmado num conjunto de medidas com consequências diretas no quadro de pessoal.

Reestruturação interna entre 2014 e 2017:

Em 2015, período em que será concentrado o maior esforço de redução, o banco terá de atingir a 31 de dezembro:

- 7.747 trabalhadores (uma redução da ordem dos 950 efetivos);

- 396 milhões de euros de custos com pessoal (diminuição de 131 milhões).

Em 2017, último ano do plano, o banco terá de atingir a 31 de dezembro:

- 7.500 trabalhadores (redução de cerca de 250 efetivos face a 31/12/15);

- 392 milhões de euros de custos com pessoal (diminuição de 4 milhões).

Se no prazo estipulado o BCP não atingir o duplo objetivo de diminuição

de efetivos e de custos com pessoal, terá de reduzir o quadro de pessoal para 7.100 trabalhadores, com recurso ao despedimento coletivo – questão onde reside a discórdia entre as partes.

Os Sindicatos exigem que o banco se comprometa a não proceder a despedimentos coletivos no decurso do plano de reajustamento, compromisso que o banco ainda não assumiu, razão pela qual as negociações prosseguem com vista à obtenção – ou não – de um acordo. ■



## Propostas já aceites

**A**o longo das várias sessões negociais entre os Sindicatos da Febase e a administração do BCP para um acordo sobre ajustamento salarial, foi já possível a Federação garantir alguns compromissos por parte do banco, nomeadamente:

- Garantia da salvaguarda de um mínimo de 400 postos de trabalho em caso de acordo, dos 1600 em risco;
- Do ajustamento salarial a efetuar nunca poderá resultar um valor inferior a: remuneração base (valor do nível), acrescido de diuturnidades vencidas e subsídio de almoço;
- Retribuição mensal efetiva (RME) até mil euros líquidos não será alvo de qualquer ajustamento salarial;
- O ajustamento salarial começará acima dos mil euros de RME em 3% e atingirá os 11% a partir dos sete mil euros;
- Comissão Executiva e Conselho de Administração do banco comprometem-se a submeter à Assembleia Geral de acionistas uma proposta de distribuição de resultados pelos trabalhadores, consubstanciada no reembolso de pelo menos o valor acumulado da retenção salarial a vigorar durante o período do acordo;
- Rescisões voluntárias de contrato com melhores condições sociais e financeiras, nomeadamente a indemnização em função da data de adesão;
- Reforma antecipada para os trabalhadores com 59 anos ou mais terá uma compensação de montante não superior ao diferencial entre o valor líquido da reforma e 75% da remuneração líquida no ativo, até à idade normal de reforma (65 anos), desde que o seu custo seja inferior a um valor máximo a definir;
- Reforma antecipada para trabalhadores entre 57 e 59 anos terá uma compensação de montante não superior ao diferencial entre o valor líquido da reforma e 70% da remuneração líquida no ativo, até à idade normal de reforma (65 anos), com custo médio a definir;
- A pedido do trabalhador e enquanto vigorar o acordo, a prestação mensal do crédito à habitação e outros créditos pode ser reduzida até ao valor do ajustamento salarial, com recurso a carência de capital durante o período transitório, a restituir com a distribuição de resultados e/ou através do prolongamento do prazo de amortização até aos 75 anos;
- Revisão do ACT do BCP com introdução de clausulado temporário de ajustamento salarial;
- Suspensão de promoções, progressões e diuturnidades vincendas enquanto vigorar o acordo;
- Caducidade do eventual acordo a 31 de dezembro de 2017 ou noutra data anterior convencionada pelas partes;
- Reposição das atuais condições remuneratórias e do ACT atualmente em vigor após o reembolso pelo banco do investimento público. ■

# despedimento coletivo



BCP poderá recorrer para atingir a redução do quadro de efetivos e de custos com pessoal a que está obrigado por Bruxelas.

Nessas propostas esteve sempre em causa, também, que o processo de saída do banco fosse voluntário e aberto a todos os trabalhadores – e não por seleção do banco através do despedimento – e que as condições fossem superiores ao imposto pela lei.

Muitas das propostas dos Sindicatos acabaram por ser aceites pela administração do BCP, estando já garantidas no caso de ser obtido um acordo entre as partes (ver caixa).

### Acordo tremido?

No entanto, uma condição essencial para os Sindicatos da Febase continua ainda sem entendimento: o afastamento da hipótese de despedimento coletivo enquanto vigorar o plano – afinal, a razão de ser de um eventual acordo.

Assim, os sindicatos exigem que o BCP se comprometa a não proceder a despedimentos coletivos no decurso do plano de reajustamento. Até à hora de fecho desta edição, o banco ainda não tinha assumido tal compromisso, razão por que as negociações vão prosseguir com vista à obtenção – ou não – de um acordo. ■

posteriormente ressarcidos dos valores retidos por via do ajustamento salarial que venha a ser negociado, uma das condições essenciais para o banco reduzir os custos com pessoal.

A primeira proposta do BCP foi considerada inaceitável pelos Sindicatos da Febase por ser demasiado gravosa, pelo que exigiram, para base de negociação, uma série de documentos que lhes permitissem encontrar propostas alternativas e mais vantajosas para os trabalhadores.

### Melhorar condições

Ao longo das sessões negociais, a Febase apresentou uma série de propostas, sempre com o objetivo de evitar o despedimento coletivo a que o

# A importância da contratação coletiva em época de crise

Será recomendável que se caminhe para uma cada vez maior tentativa de flexibilização das relações de trabalho? Poderá ser um caminho muito perigoso, porque se estará a caminhar para a sua total desregulamentação



TEXTO: **Luis Dias\***

A existência de um quadro de contratação coletiva devidamente normalizado, ajustado à realidade de que pretende regular e comumente aceite pelos parceiros sociais não só é desejável como até imperativo em democracia.

O responsável envolvimento dos parceiros sociais, através do diálogo social, no seio da concertação social é um eficaz mecanismo no combate a qualquer crise global de jaez económica, social e política que possa vir a afetar, direta ou indiretamente, o mundo do trabalho e concomitantemente o sistema produtivo.

Neste contexto assume primordial importância o papel desempenhado pelos dirigentes sindicais, lídimos representantes do fator trabalho, bem como dos representantes dos empregadores na procura das melhores soluções para enfrentarem, com sucesso, os aspetos mais perniciosos e efeitos mais prejudiciais que possam fazer perigar a normalidade das relações sociais de trabalho.

Mas se porventura se verificarem desconformidades na aplicação dos normativos da contratação coletiva, tornar-se-á evidente que a sua conceção não foi suficientemente abrangente para a realidade económica, social e cultural do setor de atividade que pretende regular ou que a sua evolução natural no contexto do sistema produtivo global se foi desajustando da realidade.



Ao serem detetadas tais desconformidades e para evitar ou minimizar eventuais tensões e conflitos manifestos, deverão as partes subscritoras das convenções coletivas voltar à mesa das negociações e através do diálogo e da concertação procurar dirimir o que as separa, deixando para última instância o recurso a qualquer mecanismo de arbitragem.

Sinteticamente, este seria o quadro ideal onde os parceiros sociais – e, porque não, também o próprio Governo se estiver democrática e ideologicamente interessado em ser um parceiro cooperante e não um agente desestabilizador na desejável normalidade das relações sociais de trabalho – atuariam como parceiros pró-ativos no contexto do melhor espírito cooperativo.

## **Envolvimento sindical\*\***

Será, assim, tão difícil? Ou o fiel da balança dos efeitos de qualquer crise terá de pender sempre e apenas para o lado do elo mais frágil (trabalhadores) do sistema produtivo? Como será alcançável um emprego com direitos?

Como é consabido é da inteira e exclusiva responsabilidade política e social do Governo a criação de emprego com direitos, sob pena de tudo passar a ser precário e, no limite, até as próprias instituições do Estado poderão vir a sê-lo. Será recomendável que se caminhe para uma cada vez maior tentativa de flexibilização das relações de trabalho?

Poderá ser um caminho muito perigoso, porque se estará a caminhar para a sua total desregulamentação. Pretender-se-á tal desregulamentação? A quem a mesma interessará?

Ter-se-á, então, de perceber que, numa conjuntura de crise profunda, se torna necessário um maior envolvimento das organizações sindicais para a sua superação com sucesso, porque se o caminho adotado for apenas o da ação ou omissão dos governantes ou dos representantes do capital na sua cruzada de redução de direitos, não se criará no seio das organizações e das empresas um clima favorável para a emergência de relações de trabalho dinâmicas e sem grande conflitualidade.

## **Primado da contratação coletiva**

Por isso, num Estado de Direito com direitos e em conjunturas de crise, deverá sempre ser dito sim ao primado da contratação coletiva e aos mecanismos democráticos que a enformam em sede de concertação social e na salutar relação que deve existir entre os parceiros sociais, fundada no respeito mútuo, para além de que, a todos os intervenientes neste processo, lhes é exigido que façam um esforço político sério no sentido de não se continuar a alimentar de forma desregulada a "exploração do homem pelo homem".

No limite, as convenções coletivas deverão ser consideradas e percebidas como uma espécie de Constituição das relações sociais de trabalho para os setores das atividades humanas que regulam e aos seus subscritores e destinatários incumbe-lhes o dever de as "cumprir" e "fazê-las cumprir" em toda a linha. ■

\* Coordenador da Secção Distrital de Lisboa do STAS

\*\* Subtítulos da responsabilidade da Redação



## A democracia e a confiança nas instituições e nos sindicatos



A responsabilidade dos sindicatos perante os trabalhadores tem tido clara proeminência

Os sindicatos são a única instituição democrática em que a confiança dos portugueses aumentou entre 2008 e 2012.

Pelo contrário, Governo e partidos estão em queda, refere o politólogo e investigador André Freire neste artigo\*, escrito para a Febase



ANDRÉ FREIRE\*\*

As grandes revoluções liberais do século XVIII trouxeram importantes inovações na arte de governar: direitos fundamentais; separação de poderes; Estado de direito; parlamentarização dos regimes políticos. Estas características foram em regra fixadas em Constituições, amiúde elaboradas por Assembleias Constituintes eleitas para o efeito (caso da Portuguesa: CRP 1976). Subjacente a estas inovações, além do objetivo de erradicação da tirania (via separação de poderes) e da arbitrariedade do poder (via "cartas de direitos"), há um princípio fundamental: a governação com base no consentimento. E as eleições "livres, justas e frequentes" são o mecanismo fundamental para a assegurar.

Num regime representativo são os representantes eleitos que governam,

**"Se é verdade que o incumprimento de promessas eleitorais não é inédito na democracia portuguesa, é efetivamente inédito na extensão, profundidade e gravidade das medidas"**

tendo em conta as escolhas fundamentais do soberano: os partidos propõem aos eleitores determinados pacotes de políticas e estes escolhem tendo em conta essas propostas, as quais funcionam como balizas da governação. No terminus do mandato os eleitores julgarão se o governo governou, ou não, de acordo com "as preferências populares".

### Medidas contrariam programa\*\*\*

Desde as legislativas de 2011, com a vitória de PSD e CDS-PP, e durante a vigência do acordo com a troika, que aquelas regras da "Constituição material" da democracia (isto é, as regras subjacentes à "governação com base no consentimento") vêm sendo violadas: muitas das medidas emblemáticas deste governo (nomeadamente as que foram chumbadas pelo Tribunal Constitucional, TC, quer em 2012, quer em 2013: os cortes de subsídios de férias e de Natal; mas também os cortes de salários, a subida do IVA para a restauração, etc.) não constam nem dos programas eleitorais dos vencedores de 2011, antes os contrariam, ►

# Visto de fora



A violação reiterada das promessas eleitorais mina a confiança dos eleitores nos eleitos

►nem do programa da troika em 2011. Por um lado, se é verdade que o incumprimento de promessas eleitorais não é inédito na democracia portuguesa, é efetivamente inédito na extensão, profundidade e gravidade das medidas. Por outro lado, este tipo de violação reiterada (e transversal aos diferentes partidos) mina a confiança dos eleitores nos eleitos e, no limite, na própria democracia. No final, é muito prejudicial para todos.

Recentemente, no prefácio aos seus discursos reunidos na série *Roteiros* (VII, pp. 4-5), o PR, Cavaco Silva, falou na importância de se cumprirem os acordos internacionais para se assegurar a confiança dos investidores e dos parceiros internacionais no nosso País: "Portugal deixaria de ser um Estado que honra os seus compromissos, que cumpre a palavra dada. A partir desse momento, *que Estados ou organizações internacionais iriam confiar em nós?* Os efeitos negativos para o Estado português não se limitariam aos domínios económicos ou financeiros. No plano das relações externas, no diálogo bilateral ou multilateral, na cooperação militar, a nossa posição seria comprometida e o nosso peso negocial diminuiria substancialmente. (...) *Os potenciais investidores olhariam o País como um lugar onde os valores da confiança e do respeito pelos compromissos estariam ausentes*, as nossas empresas teriam dificuldades acrescidas no estabelecimento de parcerias com as suas congéneres de outros países, os cidadãos teriam, nas suas vidas profissionais e

**"Num cenário de forte erosão dos direitos sociais e económicos, de desregulação do mercado de trabalho e de desvalorização dos salários, é interessante verificar que, apesar de todos os problemas que lhes estão associados, é a confiança dos portugueses nos sindicatos a única que aumenta entre 2008 e 2012: de 53,2% para 57,9%, ou seja, mais 4,7%"**

personais, a marca de serem oriundos de um Estado que fora ajudado financeiramente mas que, na altura decisiva, se eximira às obrigações que voluntariamente havia assumido (itálicos nossos)."

Claro que, por um lado, a responsabilidade dos governantes passa por honrar os compromissos internacionais, gerando assim a confiança necessária no País. Porém, por outro lado, é notável que o PR, que é o guardião supremo da democracia e do regular funcionamento das suas instituições, tenha descurado nesse discurso a necessidade, igualmente premente num regime democrático, de substanciais níveis de confiança entre os apresentados e os representantes.

## **Governo e partidos em queda...**

Como pode ver-se na Tabela, esta situação é especialmente problemática numa democracia como a portuguesa, no con-

texto em que vivemos. Com base em inquéritos representativos realizados junto da população adulta portuguesa, em 2008 (junho-setembro) e em 2012 (setembro-outubro), podemos ver que, primeiro, a confiança ("alguma" e "muita") nas instituições políticas (partidos: 19,2%; Parlamento: 22,3%; governo: 13,6%; PR: 35,2%), em 2012, é bastante mais baixa no que nas restantes instituições aí apresentadas (exceto nos "Bancos/sistema financeiro": 22,8%). Pelo contrário, certas instituições tradicionais (Igreja: 66,1%; Forças Armadas: 72,9%), a imprensa (55,2%) e os sindicatos (57,9%) apresentam-se como as instituições em que os portugueses mais confiam.

Excetuando o caso do PR (73,4%, 2008), a situação já era assim em 2008 em relação às instituições políticas, ou seja, já nessa data eram as que, em termos relativos, colhiam menor confiança entre os portugueses.

Mas de 2008 para 2012 a situação agravou-se bastante: há um declínio quase generalizado da confiança nas várias instituições apresentadas na Tabela 1, mas essa erosão afetou especialmente as instituições políticas porque o nível de confiança nelas em 2008 era já baixo em termos relativos.

## **... e sindicatos a subir**

Num cenário de forte erosão dos direitos sociais e económicos, de desregulação do mercado de trabalho e de desvalorização dos salários, é interessante verificar que, apesar de todos os problemas que lhes estão associados, é a confiança dos portugueses nos sindicatos a única que aumenta entre 2008 e 2012: de 53,2% para 57,9%, ou seja, mais 4,7%.

Ao contrário, é notável também verificar a erosão da confiança na União Europeia (UE), que passou de 64,7% para 42,6%, ou seja, menos 22,1% (a maior queda, 2008-2012, tirando a queda nas instituições políticas domésticas). Tendo em conta as responsabilidades da UE nas dificuldades que os vários países europeus estão a viver, sobretudo os que estão sob programas de assistência financeira, nomeadamente Portugal, não é difícil de entender tal erosão da confiança dos portugueses na UE, a qual abrangia no final de 2012 apenas uma minoria dos nossos concidadãos.

Em relação à erosão da confiança dos portugueses nas instituições políticas domésticas, é difícil não ver no extenso e profundo incumprimento das promessas eleitorais pelo menos um dos seus vetores explicativos.



"De 2008 para 2012 a situação agravou-se bastante: há um declínio quase generalizado da confiança nas várias instituições, mas essa erosão afetou especialmente as instituições políticas porque o nível de confiança nelas em 2008 era já baixo em termos relativos"

### Reivindicações devem ter resultados

As diferenças nos níveis globais de confiança, em 2012, e na sua evolução, entre 2008 e 2012, entre o que se passa em relação aos sindicatos (e a outras instituições tradicionais), e que é muito positivo para eles (larga confiança entre a população, aumento da mesma entre 2008 e 2012), e o que se passa em relação às instituições políticas, à UE e aos Bancos (precisamente o contrário), é provavelmente explicável por três motivos fundamentais.

Primeiro, pela responsabilidade dos diferentes atores na genealogia da crise e na sua (desastrosa) gestão desde a respetiva eclosão: maior entre os Bancos, as instituições políticas e a UE, muito menor ou até inexistente no caso dos sindicatos (e outras instituições tradicionais). Segundo, porque enquanto no caso das instituições políticas a preocupação fundamental parece ser a de serem responsáveis (apenas e só) perante os mercados e as instituições internacionais, subalternizando quase por completo os compromissos com os eleitores (e com os assalariados e os pensionistas), no caso dos sindicatos a responsabilidade perante os seus cons-

## Organizações sindicais: o último bastião

Tabela: Confiança ("alguma" e "muita") dos portugueses nas Instituições, 2008 e 2012 – em percentagem face ao total de cada uma das amostras

Instituições	2008	2012	Diferença 2012\2008
Igreja	67,3	66,1	-1,2
Forças Armadas	74,4	72,9	-1,5
Imprensa	62,1	55,2	-6,9
Associações Patronais	-	38,6	-
Grandes empresas	48,6	35,1	-13,5
Bancos/sistema financeiro	-	22,8	-
Sindicatos	53,2	57,9	4,7
Partidos	30,5	19,2	-11,3
Parlamento	48,5	22,3	-26,2
Governo	44,5	13,6	-30,9
PR 73,4	35,2	-38,2	-
Tribunais	50,2	36,3	-13,9
Administração Pública	48,9	41,3	-7,6
União Europeia	64,7	42,6	-22,1
N	1350	1209	-

Fontes: Inquéritos aplicados a amostras representativas da população portuguesa adulta, residente em Portugal Continental. Mais especificamente, trata-se de estudos realizados no âmbito do Projeto de investigação do CIES-IUL "Eleições, Liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspetiva longitudinal e comparativa" (FCT: PTDC/CPJ-CPO/119307/2010), ou no seu antecessor *Os Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada (2007-2010)*, coordenado por André Freire, José Manuel Leite Viegas, Ana Belchior e Marco Lisi.

tituintes (sindicalizados, assalariados) tem tido clara proeminência.

Finalmente, a questão dos resultados desastrosos na gestão macroeconómica e social da crise levada a cabo pelas instituições políticas e pela UE, concertados com os Bancos (crescimento da dívida e do défice, aumento do desemprego e do custo de vida, declínio económico).

Mas aqui os sindicatos têm também de manter-se de sobreaviso para o futuro: a confiança dos portugueses, em geral, e dos seus constituintes, em particular, nas suas organizações laborais dependerá também da obtenção de resultados palpáveis para as suas reivindicações. Para tanto, os sindicatos precisam de estabelecer pontes entre eles (CGTP vs. UGT) e com os partidos políticos da oposição com vista à constituição de amplas frentes sociais e políticas capazes de levar o governo e a Troika a cederem às suas demandas. ■



Os sindicatos precisam de estabelecer pontes entre si

\*Neste texto retomamos ideias e textos que publicámos anteriormente em livro, embora em versão ligeiramente revista: Freire, André (2013), "A Democracia, a Troika e as alternativas", in Ferreira, Eduardo Paz (ed.), *Troika Ano II - 66 Cidadãos Avaliam a Troika*, Lisboa, Edições 70, pp.69-86. Agradecemos ao coordenador e à editora referidos a permissão para republicar aqui esta pequeníssima parte do material aí publicado. As referências bibliográficas usadas terão de ser consultadas no livro citado.

\*\*Político, Professor do ISCTE-IUL, Investigador do CIES-IUL. O autor agradece à FEBASE, nomeadamente à Dra. Elsa Andrade, o amável convite para republicar este texto na revista da Federação.

\*\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação



## Trabalho digno para todos

As alterações sucessivas ao Código do Trabalho seguem o rumo da sistemática adulteração do direito do trabalho, do empobrecimento material e espiritual da esmagadora maioria dos trabalhadores e da sua crescente desconsideração

TEXTO: **GOUVEIA COELHO\***

### Adulteração do Direito do Trabalho

Em junho de 2012, um grupo de notáveis personalidades, a maioria ilustres professores universitários, "todos profissionalmente interessados e ligados ao mundo do trabalho", subscreveram o designado "Manifesto Por Um Trabalho Digno Para Todos", expressando "publicamente a sua profunda inquietação e firme protesto contra a sistemática adulteração de que tem vindo a ser objeto o

direito do trabalho", desafiando "todos os que se encontram profissionalmente interessados e ligados ao mundo do trabalho a juntar-se a este protesto e a manifestar a sua inquietação" e reclamando dos poderes públicos o cumprimento da "Constituição sobre as medidas adequadas a pôr termo a este processo de subversão em curso".

Sublinham no texto do Manifesto: a) que o direito do trabalho nasceu para "compensar ou reduzir o profundo desequilíbrio contratual entre os dois protagonistas da relação de trabalho" (empregador/trabalhador); b) que o Código de 2003 subverteu "o princípio do tratamento mais favorável na relação entre as suas fontes estaduais (lei, decreto-lei, etc.) e as suas fontes próprias (a convenção coletiva de trabalho)"; c) que o direito do trabalho esqueceu, "em boa medida, a sua tradicional função de defesa de bens básicos da pessoa do trabalhador" e tem sido usado como um "verdadeiro instrumento de gestão das empresas"; d) que o "o tempo de trabalho e a sua organização, a desregulamentação de importantes matérias desta relação social básica

com o consequente abandono dos mais frágeis à sua sorte, os despedimentos, a negociação coletiva, etc., têm sido os alvos prioritários deste autêntico assalto a muitas das medidas que emprestavam ao trabalho um mínimo de dignidade"; e) que "o sentido das sucessivas reformas é, no entender dos abaixo-assinados, o de um programa implacável de empobrecimento material e espiritual da esmagadora maioria dos trabalhadores e, consequentemente, de degradação da cidadania e da nossa vida democrática, à custa da adulteração do direito do trabalho"; f) que o "referido programa em curso e, em particular, várias das suas concretas medidas não cumprem os desígnios constitucionais, infringindo vários dos seus princípios e normas, designadamente, entre outros, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio do direito ao trabalho e à estabilidade no trabalho, o princípio da conciliação da vida profissional com a vida familiar, o princípio da liberdade sindical, o princípio da autonomia coletiva"; g) que causa preocupação "a crescente desconsideração dos trabalhadores" e gera indignação "esse autên-



tico escândalo social e humano da elevadíssima taxa de desemprego, com a crescente precariedade e com a política de austeridade que recusa a quem trabalha os rendimentos salariais mínimos indispensáveis a condições de uma vida digna"; h) que "o melhor caminho para a solução dos graves problemas do País é o de uma maior justiça social e o do fortalecimento da democracia e das instituições democráticas".

O Manifesto mantém toda a sua pertinência e há justificação acrescida para os apelos à inquietação, à indignação e ao protesto. De facto, pese embora a tímida correção imposta pelo acórdão 602/2013 do Tribunal Constitucional (TC), as alterações legislativas posteriores seguiram o denunciado rumo da "sistemática adulteração" do direito do trabalho, do "empobrecimento material e espiritual da esmagadora maioria dos trabalhadores", da "crescente desconsideração dos trabalhadores", desse "autêntico escândalo social e humano da elevadíssima taxa de desemprego", da precariedade e da privação dos "rendimentos salariais mínimos indispensáveis a condições de uma vida digna".

Este retrocesso põe à prova os trabalhadores e as suas organizações sindicais, mas também os cultores da ciência jurídica, os advogados, em particular os mais ligados ao direito do trabalho, e os demais agentes da justiça e todos os que têm memória do longo e penoso caminho do nascimento e do desenvolvimento do direito do trabalho e que não se resignam.

### Geração com futuro roubado

Na mesma linha de preocupações, a Juventude Operária Católica (JOC) em

Portugal, já em 2010 lançou um manifesto, a propósito do "Dia Internacional do Trabalho Digno", sublinhando de modo impressionante: a) que há "toda uma geração que vê ser-lhe roubado o futuro"; b) que "existe um sentimento de frustração"; c) que "os jovens não se sentem realizados no que fazem e isso reflete-se tanto no trabalho como na família"; d) que "a luta por um trabalho digno, de qualidade e com direitos é essencial para que se possa construir uma Europa mais justa e mais solidária", com um "desenvolvimento económico e social centrado na pessoa e na dignidade humana".

### Exortação do Papa Francisco

Com a mesma preocupação e sentido de oportunidade e apelo à ação e à mudança de rumo, surgiu agora, em 26-11-2013, a importantíssima "Exortação Apostólica Evangelii Gaudium" do Papa Francisco. Sob o tema "alguns desafios do mundo atual", o Papa, com relevância para a questão que aqui abordamos, proclama e propõe corajosamente: a) "a humanidade vive uma viragem histórica"; b) "não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências"; c) "o medo e o desespero apoderam-se do coração de inúmeras pessoas"; d) "a alegria de viver frequentemente se desvanece"; e) "hoje devemos dizer "não a uma economia da exclusão e da desigualdade social", pois "esta economia mata"; f) "hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco"; g) "grandes massas da população vêem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem

saída"; h) "o ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora"; i) "neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da "recaída favorável" que pressupõem que todo o crescimento económico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo"; j) "esta opinião, que nunca foi confirmada pelos factos, exprime uma confiança vaga e ingénuo na bondade daqueles que detêm o poder económico e nos mecanismos sacralizados do sistema económico reinante"; k) "desenvolveu-se uma globalização da indiferença"; l) "tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse uma responsabilidade de outrem"; m) "uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque aceitamos pacificamente o seu domínio"; n) "a crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano"; o) "a adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura duma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano"; p) "a crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios"; q) "enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar"; r) "tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira"; s) "instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras"; t) "além disso, a dívida e os respetivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia"; u) "a ambição do poder e do ter não conhece limites".

Com o Direito do Trabalho destruído ou travestido não haverá trabalho digno para todos! ■

\*Advogado do SBN



1 - As expressões entre aspas são transcritas do Manifesto e, depois, dos outros dois documentos aludidos no texto.

2 - Disponível em: <http://www.manifestotrabalhodigno.pt/>, onde pode ser subscrito.



Conferência internacional

## Crise aumentou situações de incumprimento bancário

Às tradicionais causas doença, desemprego e divórcio, a conjuntura económica e social acrescentou outras, contribuindo para fazer disparar o número de famílias sobreendividadas

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

"O Sobreendividamento e as Políticas dos Consumidores" foi o tema da conferência internacional que a União Geral de Consumidores (UGC) realizou no Porto, no dia 24 de outubro.

Logo na abertura, o presidente daquela organização, Viriato Baptista, deixou clara a oportunidade e a razão de ser da iniciativa: "Os consumidores/trabalhadores nunca foram tão penalizados e sacrificados como estão a ser atualmen-

te e uma associação como a nossa não pode fechar os olhos a esses sacrifícios".

E prognosticou que se os anos de 2012 e 2013 já foram difíceis para os trabalhadores, 2014 sê-lo-á muito mais: "A confirmá-lo está o facto de o Governo ter apresentado na Assembleia da República um Orçamento do Estado que mais não é do que um brutal ataque aos trabalhadores, aos pensionistas e aos aposentados, os quais irão ver intensificados os já inoportáveis níveis de austeridade impostos nos últimos anos".

Por outro lado, considerou que este Orçamento "trava a retoma económica, não responde ao desafio central do desemprego e, atingindo grupos particularmente vulneráveis – baixos salários, redução nas pensões... –, vem agravar os níveis de injustiça, de pobreza e de desigualdades sociais, já hoje insustentáveis".

Num outro aspeto, afirmou que "este ataque às famílias é tão mais gravoso quando, ao mesmo tempo, o Orçamento introduz severos cortes em áreas fundamentais como a saúde, a educação e a

proteção social, comprometendo a própria qualidade dos serviços públicos, quando e onde eles são mais necessários".

Para Viriato Baptista, a concomitância destas situações vai "inevitavelmente refletir-se no bolso dos consumidores e, infelizmente, contribuir – e muito – para aumentar os sacrifícios das famílias portuguesas, muitas delas com níveis de sobreendividamento excessivo face aos rendimentos de que dispõem".

Também Célia Marques, do gabinete jurídico da UGC, salientou que as causas aumentaram com a crise. Se até há poucos anos o sobreendividamento tinha origem nos chamados "Três D" – doença, desemprego, divórcio – hoje já são mais:



**Alfredo Correia:**  
"Evitar que pessoas social e economicamente inseridas caiam irremediavelmente no ciclo da pobreza"



"A conjuntura de crise que se vive a nível nacional e internacional e as medidas de austeridade que têm sido adotadas, com aumento de impostos e redução do rendimento disponível das famílias, leva a que muitos consumidores se encontrem em sérias dificuldades para cumprir as obrigações assumidas em contratos de crédito – habitação, consumo... –, mesmo não se encontrando em situação de desemprego ou de doença".

## Nova distribuição das despesas familiares

Alfredo Correia, membro do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e presidente da Mesa da Assembleia Geral, do Congresso e do Conselho Geral do SBN, revelou que, na generalidade dos países da UE, as tendências de consumo apontam para a perda de importância relativa das despesas em bens alimentares, bebidas, tabaco, vestuário e calçado, em detrimento do aumento relativo com habitação, transportes, comunicações, serviços de saúde e culturais, viagens turísticas, hotelaria e restauração.

Esta nova distribuição das despesas familiares tende a refletir-se no recurso ao crédito: "O aumento do peso relativo das despesas relacionadas com o conforto da habitação, os transportes ou as viagens representa aquisições frequentemente realizadas a crédito".

Favorável, igualmente, ao aumento do consumo a crédito é o facto de este ter perdido a conotação negativa de pobreza ou de culpa na condução da vida ou do negócio, principalmente nos países de formação católica dominante, por oposição aos países de orientação protestante, e de se ter vulgarizado sobretudo nas grandes cidades: "A publicidade intensa e sistemática das instituições financeiras para captação de novos clientes encoraja essa vulgarização. Além disso, o crédito ao consumo confere *status* e facilita a camuflagem do estrato social, ao permitir adotar um estilo de vida característico de uma classe superior".

Estas condicionantes de natureza social e cultural são sustentadas também por fatores económicos e financeiros, como a forte descida das taxas de juro na última década e a perda de hábitos de poupança.

## Crédito fácil

Os numerosos estudos sociológicos efetuados em vários Estados-membros identificaram, como principais causas de endividamento excessivo, o desemprego e a deterioração das condições

**Viriato Baptista:**  
"O Orçamento do Estado mais não é do que um brutal ataque aos trabalhadores, aos pensionistas e aos aposentados"



laborais; alterações na estrutura do agregado familiar; insucesso do autoemprego e falência de pequenos negócios familiares a que foram prestadas garantias pessoais; incentivos excessivos ao consumo e apelos ao crédito fácil, aos jogos de azar e na bolsa.

Mas também o aumento das taxas de juro; gestão deficiente do orçamento familiar; ocultação deliberada por parte do cliente de informação relevante para as instituições financeiras poderem avaliar a sua solvabilidade; recurso excessivo ao cartão de crédito; obtenção de crédito no mercado informal; créditos utilizados para pagar outros créditos; indisponibilidade de certas instituições financeiras para renegociarem com os consumidores de menor riqueza o pagamento das dívidas, em situações de dificuldades financeiras.

## Classe média quase excluída

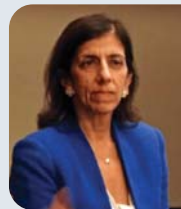
Alfredo Correia sublinhou que a exclusão social se traduz, normalmente, na dificuldade ou no impedimento do acesso ao mercado dos serviços financeiros de base, designadamente contas à ordem, meios eletrónicos de pagamento e possibilidade de efetuar transferências bancárias e de contratar seguros de proteção ao crédito.

Esta exclusão abrange, por maioria de razão, o acesso a crédito de baixo custo que possibilite a aquisição de bens e de serviços indispensáveis à economia familiar – casa, eletrodomésticos, transportes, educação – à criação do autoemprego e a um pequeno negócio de base individual ou familiar.

É aqui que a linha de fronteira entre uma classe média cada vez mais numerosa e empobrecida e os definitivamente excluídos, sem abrigo, mendigos, pedintes, dependentes da caridade pública, se tende a esbater e a diluir.

"É precisamente neste limiar da pobreza que a questão da prevenção do endividamento excessivo e do seu tratamento e recuperação ganha todo o sentido, como forma de evitar que pessoas social e economicamente inseridas ou recuperáveis caiam irremediavelmente no ciclo da pobreza e na exclusão social", concluiu. ■

## Respostas legislativas



**Teresa Moreira:**  
"A Direção - Geral do Consumidor acompanha o tema do sobreendividamento desde 2001"

Teresa Moreira, diretora-geral do Consumidor (DGC), presente na conferência em representação do secretário de Estado da Economia, recordou que aquele departamento "acompanha o tema do sobreendividamento desde 2001", tendo criado o Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC), juntamente com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A responsável lembrou ainda as recentes medidas legislativas de resposta ao sobreendividamento dos consumidores, entre as quais sobressai o decreto-lei 227/2012, de 25 de outubro, sobre a prevenção do incumprimento e a regularização extrajudicial das situações de incumprimento dos contratos. Os principais elementos são a obrigação de acompanhamento da execução dos contratos de crédito pelas instituições financeiras, o reforço das obrigações de informação que impendem sobre as instituições de crédito e a proibição de cobrança de comissões pela renegociação dos contratos.

O mesmo diploma criou a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE), regulamentada pela portaria n.º 2/2013, de 2 de janeiro, que contempla a realização de formação financeira.

Outras medidas legislativas relevantes foram publicadas em 9 de novembro de 2012:

- Lei n.º 57: permite o reembolso do valor de planos de poupança para pagamento de prestações de crédito à habitação;

- Lei n.º 58: cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil; estabelece medidas de caráter extraordinário e transitório, aplicáveis apenas às famílias mais carenciadas; e desenha um plano de reestruturação das dívidas emergentes do crédito à habitação, com um período de carência parcial, a prorrogação do prazo de amortização do empréstimo, a redução do *spread* e a concessão de empréstimo adicional;

- Lei n.º 59: cria salvaguardas para os mutuários de crédito à habitação;

- Lei n.º 60: altera o Código de Processo Civil, modificando as regras sobre ordem de realização da penhora e determinação do valor de base da venda de imóveis em processo de execução, limitando a penhora da casa a propósito de pequenos créditos, impedindo que as famílias se vejam obrigadas a incumprir com o crédito à habitação. ■

## Conselhos práticos

# Aprender a evitar dívidas

A prevenção é sempre a melhor medida, e no caso do crédito mais ainda, de forma a evitar situações de sobreendividamento.

Célia Marques, do gabinete jurídico da UGC, dirigiu um workshop sobre o tema, que antecedeu a conferência.

A técnica começou por subdividir as despesas em três grandes categorias: correntes (inevitáveis, dificilmente redutíveis e de montante variável como alimentação, higiene, transportes e saúde), ocasionais (evitáveis, suscetíveis de redução e de montante variável como vestuário, beleza, férias, equipamentos e compras pontuais) e fixas (inevitáveis, não suscetíveis de redução e de montante definido, como habitação, impostos e as outras taxas, educação e formação, crédito, energia, telefone e Internet).

Quanto à organização das despesas, no início do ano deve ser determinado o

montante das fixas e dividi-lo pelos doze meses, o montante dos rendimentos habituais, a quantia a poupar para imprevistos e projetos, as despesas de lazer e possíveis alterações. No fim do mês devem ser controladas as despesas, os extratos bancários, as prestações regulares e as superiores ao previsto. Ao longo de cada mês devem ser feitas contas regularmente com a ajuda de faturas, conservados os extratos bancários, pagas as despesas fixas a tempo e não ultrapassado o montante previsto. A todo o momento é preciso estar preparado para ajustar o orçamento ou para dirigir-se ao banco em caso de necessidade.

Para uma boa gestão do orçamento familiar há um conjunto de regras a cumprir: informar-se sobre os contratos financeiros; calcular os investimentos de forma realista; criar um orçamento familiar através de tabelas mensais; não ce-



der a desejos que não se consegue pagar; tentar fazer uma poupança para os imprevistos; evitar o recurso ao crédito para despesas correntes; avaliar a relação qualidade/preço dos produtos; adotar hábitos de poupança em casa (água, energia) nas compras (optar por marcas brancas) e nas refeições (se houver condições, almoçar no trabalho).

### Medidas preventivas

Célia Marques elencou ainda alguns conselhos suscetíveis de prevenir o sobreendividamento: apenas recorrer ao crédito ao consumo em situações de estrita necessidade e na justa medida em que se preveja poder cumprir integralmente; evitar fazer vários contratos de crédito em simultâneo; nunca contrair créditos para pagar outros; só celebrar o contrato depois de estar na posse da informação necessária e essencial (condições gerais, taxa anual efetiva global, condições de reembolso, período de reflexão, possibilidade de cumprimento antecipado, possibilidade de renegociação da dívida); comparar previamente, em várias entidades financeiras, as condições de concessão de crédito; ler com atenção as cláusulas contratuais antes de assinar.

Mas há situações extremas. E os conselhos alargam-se a elas: em caso de insuficiência financeira para se cumprir todas as obrigações resultantes do contrato,

## O exemplo de Berlim

A nota internacional da conferência foi dada por Eva Bell, diretora da Central dos Consumidores de Berlim, que falou sobre a política do consumidor contra o sobreendividamento privado na Europa e na Alemanha. Neste contexto, abordou a ação dos sindicatos e a formação para a gestão doméstica.

Revelou que na Alemanha existem 16 centros e 25 associações de apoio ao consumidor, sendo que o Centro de Berlim – 12,56% dos habitantes estão endividados – foi fundado em 1953, engloba 51 associações e contou com um volume de negócios, em 2012, de 2,4 milhões de euros.

A conceção deste centro é o de se tornar o primeiro ponto de contacto para os consumidores na cidade, exercendo funções de consultoria, formação e

informação com independência perante a política partidária e dos fornecedores e agentes da oferta, e privilegiando a prevenção.

As áreas de consultoria em que presta serviços são a jurídica, o direito do viajante e do passageiro, os seguros, as pessoas hospitalizadas e as necessidades de assistência especial, os produtos energéticos, os in-

quilinos, os direitos de autor, as pessoas endividadas, as poupanças e os investimentos, os financiamentos de projetos de construção, e a nutrição e os produtos alimentares.

Eva Bell manifestou a convicção de que sindicatos e associações de consumidores podem cooperar na avaliação de ofertas de formação contínua, de condições de seguros para trabalhadores e de prevenção em relação ao endividamento. ■

Eva Bell destacou o papel de apoio dos sindicatos







O workshop sobre endividamento foi muito participado

procurar um acordo com o credor, no sentido de renegociar a dívida; se, de facto, os rendimentos não são suficientes para amortizar a dívida, sendo o passivo largamente superior aos rendimentos auferidos, pedir a insolvência de pessoa singular.

va, antecipando eventuais dificuldades nos compromissos financeiros assumidos, alertando a instituição de crédito para a possível ocorrência da situação, utilizando os meios por esta indicados para o efeito.

As instituições têm o dever de acompanhar a execução dos contratos no âmbito do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI): "Sempre que o cliente alerte para o risco ou que seja detetada a sua existência, a instituição deve, em conjunto com o cliente, procurar soluções que previnam a situação".

O cliente que alerte para o risco de incumprimento deve receber um documento com a descrição dos seus direitos e a indicação dos contactos que poderá utilizar nas comunicações com a instituição, que deve proceder à avaliação da capacidade financeira do cliente. Caso o consumidor disponha de capacidade para evitar o incumprimento, a instituição deve apresentar-lhe propostas adequadas à situação e não pode cobrar comissões pela renegociação do contrato. O cliente tem o dever de colaborar com a instituição, fornecendo, no prazo de dez dias, os documentos e as informações que lhe forem pedidas.

### Situação muito difícil

É considerada "situação económica muito difícil" uma das seguintes: desemprego de um dos mutuários, cônjuge ou

pessoa com quem viva em união de facto, ou redução de 35% ou mais do rendimento anual bruto do agregado familiar nos doze meses anteriores ao incumprimento; taxa de esforço com o crédito à habitação igual ou superior a 45% (com dependentes) ou a 50% (sem dependentes); património financeiro do agregado inferior a metade do rendimento anual bruto; património imobiliário constituído apenas pela habitação própria e permanente e, eventualmente, por garagem e imóveis não edificáveis até 20 mil euros; rendimento anual bruto do agregado igual ou inferior a 12 vezes o valor máximo resultante da soma das seguintes parcelas: 100% do salário mínimo nacional (SMN) por mutuário, 70% do SMN por membro adulto do agregado e 50% do SMN por membro menor.

No caso de incumprimento no crédito à habitação, são medidas substitutivas da execução hipotecária uma de três: entrega do imóvel à instituição de crédito para liquidação da dívida; venda do imó-

## UGT/Porto estabelece protocolo

À margem da conferência, foi assinado um protocolo entre a UGC e a UGT/Porto, com o objetivo de proporcionar a todos os trabalhadores do distrito informação e aconselhamento sobre o consumo, a prestar nas instalações da União local da central sindical.

Na oportunidade, Viriato Baptista, presidente da Direção da UGC, revelou à revista Febase que à assinatura deste documento se seguirão iniciativas idênticas com as Uniões da UGT nos outros distritos, em ordem a estender ao conjunto do País toda a informação existente e o máximo de aconselhamento possível sobre esta questão que afeta um número cada vez maior de trabalhadores portugueses. ■

**Célia Marques:**  
"A deteção precoce  
de indícios de risco é  
determinante para  
o sucesso de medidas  
que visem prevenir  
a ocorrência"



### Direitos e deveres

Célia Marques explicou que existe risco de incumprimento quando é previsível que o cliente bancário não consiga pagar as prestações relativas a um contrato de crédito na data do vencimento. As situações que indicam tal risco são o incumprimento de outros contratos ou obrigações – fiscais, serviços essenciais... –, atrasos frequentes no pagamento das prestações e desemprego do cliente ou de um membro do agregado familiar: "A deteção precoce de indícios de risco é determinante para o sucesso de medidas que visem prevenir a ocorrência".

Em caso de risco de incumprimento, deve ser mantida uma atitude preventi-

vel a um Fundo de investimento imobiliário para arrendamento habitacional; troca do imóvel hipotecado por outro de valor inferior.

Durante o plano de reestruturação, a instituição de crédito não pode resolver o contrato nem intentar ações judiciais, declarativas ou executivas para satisfazer o seu crédito. Por seu lado, o cliente deve comprovar anualmente a manutenção das condições de acesso ao regime extraordinário, sob pena de a instituição de crédito pôr termo à aplicação do plano. ■



# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de novembro

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Até amanhã"  
José Pinto



"Uma passagem"  
José Canelas



"Lobo do mar"  
Francisco Oliveira



"Pontas de serenidade"  
João Amaro



"Redes"  
Emanuel Pontes



"Janela indiscreta"  
João Amaro

## TEMA - LIVRE



"Pretérito eloquente"  
João Amaro



"Despertar na Mourisca"  
José Canelas



"Os potes estão vazios"  
Maria Salvador



"Macro natural"  
José Barreiro



"Carrossel do amor"  
Francisco Oliveira



"Amenas claridades"  
João Amaro





Caminhadas Febase

## Charneca da Ota encerrou temporada

Com 2013 quase no fim, terminou mais um ano intenso de caminhadas. Muitos quilómetros foram percorridos e o balanço é extremamente positivo. Para o ano há mais

TEXTOS: PEDRO GABRIEL

A última caminhada Febase do ano realizou-se no dia 23 de novembro, na Charneca da Ota, em Alenquer. Cerca de três dezenas de pessoas trocaram o conforto do lar por uma tarde de passeio que aliou o conhecimento ao exercício físico e ao bem estar.

Ainda o ponteiro do relógio não acertava nas 14h00 e já alguns caminheiros se concentravam no Largo da Igreja de Ota, desejosos de ficar a conhecer o percurso de quase 10 quilómetros em terra batida, com grau de dificuldade baixo, e que foi preparado pelo próprio município de Alenquer. O caminho atravessa a maior mancha florestal do concelho, onde as extensas matas de eucaliptos, sobreiros e pinheiros mansos cobrem um relevo suave e os outeiros escondem pequenos brejos, vestígios de uma outra ocupação desta extensa charneca.

Ao longo de quase três horas, os participantes, com a máquina fotográfica sempre à mão, tiveram a oportuni-



O grupo na Charneca da Ota

dade de testemunhar a beleza do sopé do Monte Redondo, onde se estende a barragem da Chã Alta e a vasta planura de campos verdejantes se perdem no horizonte.

Foi visível a boa disposição de todos, pese embora o frio que se fez sentir ao início mas rapidamente desvanecido mal os músculos começaram a aquecer. No final, com o sentimento de dever cumprido, já se desejava a chegada do novo ano para que as caminhadas pudessem ser retomadas. E porque era tempo de castanhas, os participantes não partiram sem antes serem presenteados com um belo magusto, o que reforçou ainda mais o espírito de amizade e companheirismo, tão característico deste tipo de iniciativas.

103 participantes, e a do Trilho das Pontes, na Serra de Sintra, com 80 caminheiros.

Foram ainda efetuadas as rotas da Biodiversidade e do Castro Zambujal, a Benfica Footsteps e a caminhada do Abano – Cabo da Roca. Se contarmos a partir da data da criação desta iniciativa, em maio de 2012, o número ascende a 11 caminhadas, num total de 154 quilómetros.

Este ano, a organização decidiu introduzir novos percursos, com características distintas, no sentido de tentar agradar à totalidade dos participantes. A vontade dos caminheiros em repetir a experiência e os elogios que são ouvidos no final de cada caminhada provam que esta ideia foi bem acolhida. ■

### Expectativas superadas

Finalizada a última caminhada do ano, o balanço pode ser considerado bastante positivo. O facto de esta ser uma modalidade de baixo custo, em que os sócios participam com os seus familiares e amigos e em harmonia com a natureza, trouxe cada vez mais adeptos, o que superou as melhores expectativas.

Embora não tenham sido realizados todos os percursos previstos, ainda assim o ano de 2013 contou com sete caminhadas, das quais se destacam a do Aqueduto das Águas Livres, que contou com o impressionante número de

### Aldeias de xisto na calha para 2014

O ano de 2014 voltará a ter as caminhadas na agenda. A prioridade será dada aos percursos que não foi possível efetuar este ano. Além disso, é intenção da organização alargar o âmbito geográfico, sendo um dos objetivos realizar caminhadas em aldeias de xisto.

Para já só existe uma certeza: o projeto das Caminhadas Febase vai continuar. Em 2014 há mais. ■



O Aqueduto das Águas Livres foi o percurso com mais participantes



## Sindicato promove viagem a Cuba em abril

Aliando cultura, património e praia, o SBN abre 2014 com uma proposta irrecusável: os aromas de Cuba. A viagem é destinada a sócios e seus familiares

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O SBN irá realizar, em abril de 2014, uma viagem de grupo por Cuba Colonial e Varadero, com a duração de 7 noites, destinada aos seus associados e familiares.

Cuba é para muitos um destino mítico, dada a História da ilha e a sua riqueza cultural. Visitar Cuba é mergulhar nos poemas de José Martí e nos livros de Hemingway, calcorrear a eclética Cidade Velha, património Mundial da UNESCO desde 1982, conhecer a origem daqueles que são considerados os melhores charutos, recordar os Buena Vista Social Club, beber mojitos e descansar ao sol de Varadero.

A viagem do SBN tem o seguinte percurso:

Dia 1: Partida com destino a Havana, alojamento e jantar no Hotel Mercure Sevilla (quatro estrelas);



Dia 2: Visita à cidade de Havana, incluindo os monumentos de Havana Velha e Havana Moderna, com almoço em restaurante local e jantar no hotel;

Dia 3: Visita a Guamá e Cienfuegos, com passeio de lancha pela Laguna del Tesoro, visita a cativeiro de crocodilos e almoço em restaurante local (Guamá). Passeio a pé desde o Prado ao Teatro Martí, visita ao Teatro Tomás Terry e

Palácio de Valle (Cienfuegos). Jantar e alojamento em hotel em Trinidad.

Dia 4: Visita a Trinidad, conhecida por Pérola de Cuba, com passeio a pé pela cidade, visita à Plaza Mayor, Museu Romântico, ao Bar la Canchanchara para degustação de bebida típica e almoço em restaurante local. Tarde livre para compras e atividades de foro pessoal.

Dia 5: Partida para Santa Clara, onde se realizará a excursão "Vapor e Açúcar", em locomotora datada do início do século XX, até à Central Museu Marcelo Salado. Segue-se visita a Finca Mi Cabana, para conhecimento das atividades típicas cubanas e almoço crioulo. Passeio pela cidade de Santa Clara, com visita ao Parque Carmen, Parque Leoncio Vidal, Praça Che Guevara e outros monumentos. Jantar e alojamento em hotel em Santa Clara.

Dias 6 e 7: Varadero, em regime de tudo incluído no Hotel Meliá Península Varadero, (quatro estrelas) onde poderá descansar e desfrutar das maravilhosas praias de Cuba, com o seu mar translúcido.

Dia 8: Pequeno-almoço no hotel e regresso.

A realização da viagem pressupõe um mínimo de 25 pessoas. O preço da mesma será divulgado oportunamente. Para mais informações contactar os serviços do SBN. ■

### Na Galeria SBN

## Exposição fotográfica mostra encanto do Natal



Prossegue o ciclo "Treze Meses – Treze Temas" com a exposição de Eduardo Nogueira alusiva à quadra natalícia. Em janeiro é a vez de José Godinho mostrar o seu trabalho, com a água como tópico

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O Núcleo de Fotografia do Sindicato dos Bancários do Norte continua a realizar o ciclo de exposições subordinado ao tema genérico "Treze Meses – Treze Temas".

Enquadrada nesse ciclo de exposições mensais subordinadas a temas previamente definidos, o Núcleo optou, nesta época do ano, pela apresentação de um trabalho alusivo à quadra, da autoria de Eduardo Nogueira.

Nesses termos, vai manter-se patente na Galeria SBN (Rua Conde de Vizela, 145) até 8 de janeiro uma exposição subordinada ao tema "Natal 2013".

### "Água"

Na continuação do ciclo, o tema escolhido para janeiro foi a "Água", e tem como autor José Godinho.

Esta exposição será inaugurada em 8 de janeiro de 2014, permanecendo aberta ao público na galeria do Sindicato dos Bancários do Norte até 5 de fevereiro.

As mostras podem ser visitadas às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30. ■





## Inteligência emocional: os caminhos que levam ao sucesso

A motivação, a persistência e o otimismo são os ingredientes elementares que devemos utilizar na nossa atitude de vencedores



SUSANA NOGUEIRA

A conjuntura económica atual transporta-nos para um mundo inter-pessoal cada vez mais competitivo. Os mercados abriram os portões e as mercadorias fluem com uma enorme facilidade, fruto da evolução natural dos modelos políticos, económicos e das tecnologias. Neste contexto, os povos ligam-se entre si, exibindo as suas qualidades e provocando uma aceleração constante na inovação. Esta tendência obriga-nos a traçar estratégias que nos permitam conviver com esta nova forma de estar no mundo.

Para obtermos sucesso neste contexto tão exigente, não podemos perder o fôlego, deixando esmorecer as nossas forças, a nossa enorme capacidade para ultrapassar obstáculos. Para isso, há que estar motivado. A motivação, a persistência e o otimismo são, sem dúvida, os ingredientes elementares que devemos utilizar na nossa

atitude de vencedores. Devemos ter plena convicção que dominamos a nossa vida para atingir os nossos objetivos.

O sentimento é a pedra basilar na navegação pelas decisões que temos que tomar. Controlar as emoções que ocorrem no nosso íntimo apresenta-se como o grande segredo ancestral. Há sentimentos extremamente nefastos, como a raiva, a ansiedade e a melancolia, que minam o nosso equilíbrio biológico, atrofiando, muitas vezes, a manifestação dos nossos talentos.

### Encontrar equilíbrio

A inteligência emocional é entendida como a capacidade de entender, gerir e expressar corretamente os nossos sentimentos, assim como a capacidade de lidar com as emoções dos outros, de encontrar o equilíbrio, aquela sensação de calma, de bem-estar. Faz parte dos nossos desejos. E para que isso aconteça há que seguir alguns passos:

Saber lidar com emoções negativas, varrê-las do nosso pensamento. Mudar a atitude interior, aprender a relaxar, a apaziguar o corpo e a mente e cultivar pensamentos bons e positivos.

Saber lidar com a pressão, nunca esquecer a nossa enorme capacidade de adaptação. Devemos ser assertivos, procurando sempre soluções práticas e equilibradas, ou reativos, mantendo as emoções sob controlo; assim, as decisões irão depender delas.

Interpretar a emoção dos outros, as expressões físicas, emocionais e verbais,

comunicando de maneira efetiva a partir dessas conclusões.

Expressar emoções difíceis, estabelecendo limites claros, para que as pessoas identifiquem a nossa posição em situações difíceis, expressando a tristeza, a raiva, a frustração ou a irritação.

"A chave para tomar boas decisões pessoais é ouvir os sentimentos" – David Goleman. Há que reconhecer a presença de um sentimento na altura em que ele ocorre. O nosso sucesso profissional engloba a nossa produtividade, a qualidade e as relações.

### Atingir uma meta

Depois deste reconhecimento sobre a importância do universo das emoções, apresento-vos os quatro passos para atingir qualquer meta:

1. Definir o que se pretende alcançar, em harmonia com a nossa inclinação natural, a nossa vocação.

2. Começar a agir. "A longa viagem começa com um passo" – provérbio chinês. Não devemos cair na ilusão do perfeccionismo, até porque isso só vai atrasar os planos.

3. Focarmo-nos nos feedbacks. O jogo do quente e do frio. Há que avançar, o "feedback" dará a noção da maior ou da menor proximidade em relação aos nossos objetivos.

4. Sermos flexíveis. Se as nossas estratégias não nos estão a levar ao destino pretendido, há que ser flexível, mudando o nosso plano de ação. ■





## Conselheiros vão votar Orçamentos

O Conselho Geral vai apreciar as propostas da Direção sobre o Orçamento para o próximo ano e um retificativo de 2013

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

A Direção do SBC aprovou por unanimidade, na sua reunião de 4 de novembro o Orçamento Retificativo da Ação Sindical do ano de 2013, dado haver necessidade de proceder a ajustamentos em algumas rubricas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, sendo submetido à apreciação do Conselho Geral na próxima sessão, que se realizará já após o fecho desta edição.

Também por unanimidade, a Direção aprovou os Orçamentos Ordinários para 2014 - Orçamento da Ação Sindical e Orçamentos dos SAMS, nas suas vertentes de Regime Geral e Regime Especial.

É objetivo da Direção o reforço dos benefícios atribuídos e a atribuir aos sócios e beneficiários, de molde a minorar os efeitos que sobre eles incide e que derivam das medidas de política económica e em particular da política de aus-



O SBC propõe para 2014 um reforço dos benefícios

teridade que atravessa e esmaga o País, continuando a assegurar, ao mesmo tempo, a estabilidade financeira do SBC.

Na Ação Sindical merece particular ênfase a continuação do esforço financeiro relativo à dotação para a participação complementar em medicamentos, bem como a racionalização de custos, expressa em poupanças variadas, nomeadamente as relativas ao funcionamento dos Órgãos Estatutários e de Relações Externas.

No Regime Geral prevê-se um agravamento nas comparticipações em tratamentos de estomatologia, Médica,

gastos com o pessoal e comparticipações.

No Regime Especial prevê-se um decréscimo nas receitas no que se refere às quotizações e, do lado dos custos, houve um reforço referente ao subsídio de internamento em Lares de Idosos. Manteve-se, neste regime, a comparticipação complementar em medicamentos em valor idêntico ao suportado pelo Regime Sindical.

Há ainda a salientar um enorme esforço de despesas com o imobilizado, particularmente nas despesas que respeitam a obras de beneficiação dos Postos Clínicos. ■

### Mostra bibliográfica

## De bancário a historiador

José Manuel Azevedo e Silva foi bancário, dirigente sindical no SBC e professor universitário. As suas obras académicas estão expostas na sede do Sindicato

TEXTO: A. CASTELO BRANCO

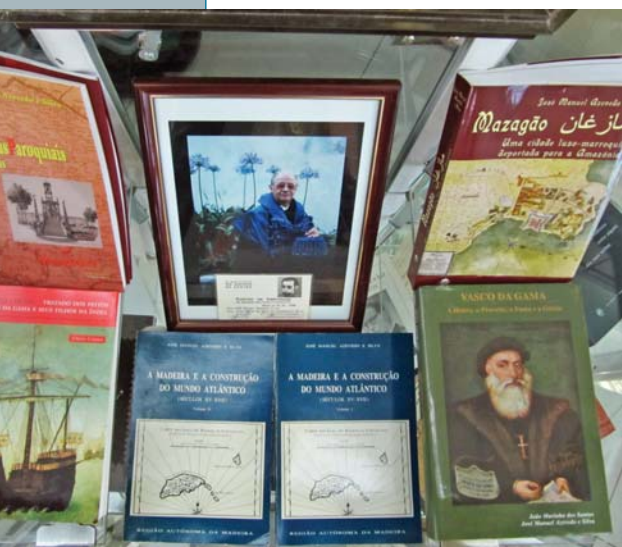
Subordinada ao tema "Bancários destacam-se", está patente no átrio da sede do SBC uma exposição bibliográfica do Doutor José Manuel Azevedo e Silva, Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ex-funcionário do Banco Espírito Santo entre 1968 e 1983, delegado sindical e presidente da Mesa da Assembleia Geral nos biénios de 1976 a 1980, é na qualidade de trabalhador-estudante que Azevedo e Silva se licencia em História em 1979, prestando provas de Doutoramento na Sala dos Capelos em 1993, com a tese "A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVIII)", onde obte-

ve aprovação por unanimidade, com distinção e louvor. Com uma carreira académica brilhante, Azevedo e Silva além de professor é investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, tendo sido galardoado com vários prémios na área da investigação histórica. É autor e co-autor de mais de duas dezenas de livros e de quase uma centena de artigos, publicados em revistas nacionais e internacionais, grande parte deles compilados em separatas. De todos estes trabalhos destacam-se os que têm a ver com a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

A sua carreira académica levou-o a afastar-se há três décadas da família dos bancários, mas Azevedo e Silva mantém-se, como diz, ligado afetivamente àqueles que foram seus companheiros de trabalho e de luta sindical.

Tem mantido uma total abertura e disponibilidade para colaborar nas atividades para que é convidado pelo SBC, a última das quais em Coimbra, a convite da Direção, que se traduziu numa conferência em torno do movimento expansionista português, intitulada "A vida a bordo na carreira da Índia". ■







## VII Encontro anual

## Montemor recebeu reformados

Num dia de muita diversão e camaradagem, ainda houve tempo para intervenções sindicais, em defesa dos SAMS e do sindicato único

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

O SBC promoveu a sua já tradicional festa anual dos reformados dia 9 de novembro, a sétima consecutiva. Desta vez teve lugar no distrito de Coimbra e o restaurante "Os Patinhos", com o seu belo espaço envolvente, em Carapinheira/Montemor-o-Velho, foi o escolhido.

Em Montemor-o-Velho, sugerimos, naturalmente, uma visita cuidada ao seu castelo, um dos mais belos de Portugal e também ao seu centro histórico, onde a cada passo topamos com vestígios que remontam à pré-história e que desde esses tempos teve uma grande importância, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista estratégico. As referências históricas ao castelo são anteriores a D. Afonso Henriques e, consequentemente, também anteriores à reconquista cristã.

Subindo ao alto das suas ameias, o visitante descobre uma paisagem soberba sobre os campos do Mondego e sente que por ali muita história, muitas lendas e mitos tiveram lugar. No seu interior pode ver-se a igreja da Alcáçova, o que resta do Paço das Infantas e a Torre de Menagem. Foi também neste castelo que



"se pôs fim à mais bela estória de amor de Portugal", pois foi lá que a bela Inês de Castro, aquela que depois de morta foi rainha, foi condenada à morte por D. Afonso IV.

Nas terras de Montemor, a histórica vila de Tentúgal merece uma visita cuidada. Ao mesmo tempo que o visitante descobre a cada passo monumentos e espaços com grande valor histórico, pode deleitar-se com a sua doçaria conventual de que os pastéis de Tentúgal e as suas queijadas são o expoente máximo. De referir que do outro lado do rio, na sua margem esquerda, são feitas as queijadas de Pereira, também elas doces conventuais, que as freiras Urselinas desenvolveram e comercializaram e nos proporcionam garantidamente, grande prazer gastronómico.

### Defender os trabalhadores

Partindo das várias capitais de distrito, os cerca de 250 colegas e seus familiares, chegaram ao amplo e confortável espaço por volta das 12h30m, onde já os esperava um serviço completo de iguarias, das quais se destaca as inenarráveis empadas de galinha, muito bem secundadas por uma exuberante feijoada de sames de bacalhau, pelos peixinhos da horta, pelas moelas de pato estufadas, etc., etc., bom prenúncio, afinal, de um dia que haveria de ser muito bem passado, com muita



alegria, muita camaradagem a refletir a imagem de marca que estes convívios têm constituído desde a sua instituição, em novembro de 2007.

Já a tarde ia longa, com muita música e muita animação, quando Aníbal Ribeiro, através de uma pequena intervenção desejou as boas vindas a todos e se congratulou por o SBC reunir tanta gente, garantindo-lhes que os nossos SAMS são o melhor sistema de saúde privado existente em Portugal.

Carlos Silva, na sua intervenção, rodeado por todos os elementos dos Corpos Gerentes, garantiu que tudo fará para que a meta do sindicato único seja uma realidade em 2015, aproveitando também a oportunidade para, na qualidade de líder da UGT, afirmar que defenderá todos os trabalhadores contra este Orçamento do Estado que o Governo quer impor.

Após o lanche, todos rumaram a suas casas, satisfeitos por mais um dia bem passado, junto dos amigos de sempre. ■





TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS



## Conselho Geral aprova Orçamento para 2014

Orçamento de rigor para o próximo ano foi aprovado pela maioria dos conselheiros, registando-se apenas uma abstenção.

A situação no setor e as dificuldades da escola profissional estiveram também em análise

**E**m reunião ordinária convocada para o efeito, o Conselho Geral aprovou o Orçamento anual para 2014. Após a apresentação do documento, verificaram-se por parte dos conselheiros algumas intervenções, essencialmente de esclarecimento quanto a uma ou outra rubrica contemplada no documento.

Sendo um projeto que assenta primordialmente na quotização e que, ao mesmo tempo, deriva das dúvidas que imperam no quadrante económico e financeiro do País – o que concomitantemente tem reflexos na atividade do Sindicato – como se impunha e não poderia deixar de ser é um Orçamento baseado no rigor.

Reflete também, em termos de atividade sindical, o que está estabelecido nos Estatutos. Em conformidade com todos estes aspetos, o Orçamento mereceu a aprovação de uma larga maioria dos

conselheiros presentes, registando-se somente uma abstenção.

### Entidades participadas

Num outro ponto da Ordem de Trabalhos da reunião, foi analisada a situação atual da estrutura escolar a que o STAS está intrinsecamente ligado – o Inetese.

Foi explanada a dificuldade que as escolas profissionais estão a sentir ao longo deste período escolar, dado que ainda não receberam qualquer financiamento para a atividade que desenvolvem.

Assim, está seriamente ameaçado o seu normal e regular funcionamento e o Inetese, infelizmente, não é exceção face a este constrangimento, que se pensa ser ultrapassado em breve.



Na oportunidade, a Direção do Sindicato apresentou uma proposta para que, em caso de absoluta necessidade, se possa apresentar na qualidade de fiador como garantia para um financiamento bancário.

Saliente-se a compreensão dos conselheiros, de que resultou a aprovação da proposta pela maioria, com duas abstenções.

### Atualidade laboral

Antes do final da reunião, houve ainda oportunidade para se comentar a situação no setor, no plano laboral e sindical.

Algumas preocupações ficaram assinaladas, nomeadamente no que respeita à redução de efetivos nalgumas seguradoras, motivadas essencialmente por rescisões ou por pré-reformas.

Abordou-se ainda a privatização da Caixa Seguros, cuja indefinição e consequentes dúvidas produzem ansiedade nos respetivos trabalhadores. A Direção está, como lhe compete, a seguir com acuidade o processo.

Quanto à situação sindical, foi lançado um repto que terá mais desenvolvimento no mês de janeiro.

Terminada a reunião, foi lembrada a conferência que se iria realizar de seguida e cujo tema deveria merecer o interesse de todos - "Que rumos para o sindicalismo?". ■







## Mais um Natal STAS ... Porque a magia continua

O Sindicato preparou um novo desafio para os mais pequenos: fotografar o melhor momento do seu Natal. O concurso está aberto até 6 de janeiro. Pega já na tua máquina, pequeno fotógrafo!

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**



A pesar de quase todos os dias, um pouco por todo o lado e a quase toda a hora, se ouvir falar de crise e de cortes, o STAS continua a querer contribuir para melhorar o Natal dos seus associados e, em particular, das suas crianças, pondo de lado (talvez mesmo debaixo do tapete), por uns momentos que seja, as tão flageladas palavras.

Para o Natal de 2013, o STAS preparou um novo desafio para os filhos dos seus associados até aos 12 anos. Desta vez, o repto é para a "Melhor Foto de Natal STAS", porque continuamos a acreditar na magia da época, na magia dos momentos em família e, sobretudo, na magia dos mais novos.

Assim, pedimos à pequenada para dar largas à sua imaginação e fotografar aquele que é o seu melhor momento do Natal. Para tirarem uma fotografia que revele toda a magia que existe na(o) pequena(o) fotógrafa(o). A foto, que não pode ter qualquer tipo de tratamento, deverá

ser enviada em formato JPEG, com tamanho máximo de 2 MB. Envia a tua foto mágica até ao dia 6 de janeiro de 2014. Temos prémios super-mega-mágicos!

Vamos premiar as melhores fotografias em três escalões etários:

1.º escalão: até aos 6 anos; 2.º escalão: dos 7 aos 9 anos; 3.º escalão: dos 10 aos 12 anos.

Para participares basta enviar-nos a tua foto, indicando o teu nome, idade e o número de sócio da(o) mãe/pai para: [patriciacaixinha@stas.pt](mailto:patriciacaixinha@stas.pt)

Para mais informações contacta-nos pelos telefones:

218 802 185/ 961 315 626.

Mãos à obra pequena(o) fotógrafa(o)! ■

### Os prémios para os vencedores são...

A melhor fotografia do 1.º escalão etário receberá:

- 1 Pack Picasso, que contém: 1 avental pintura, 1 pack 5 guaches, 1 bloco especial pintura e 1 paleta de madeira. Tudo marca Giotto, patrocinado pela Setoffice;
- 1 Turno no Campo de Férias Aberto da Associação Jovens Seguros.

A melhor fotografia do 2.º escalão etário receberá:

- 1 Headphones, patrocinado pela Setoffice;
- 1 Turno no Campo de Férias Fechado da Associação Jovens Seguros.

A melhor fotografia do 3.º escalão etário receberá:

- 1 Impressora multifunções, patrocinado pela Setoffice;
- 1 Turno no Campo de Férias Fechado da Associação Jovens Seguros.



### Masculino e feminino

## Regressam os torneios de futsal!

O STAS volta a apostar no futsal, uma modalidade desportiva que tem cativado os sócios. Em janeiro iniciam-se o IV torneio masculino e o II feminino. As inscrições estão abertas

TEXTO: **MÁRIO RÚBIO**

É já em janeiro que se iniciarão os torneios de Futsal do STAS, masculino e feminino, aberto aos trabalhadores de seguros e da banca.

Os trabalhadores destes setores, agrupados informalmente ou através dos Grupos Desportivos e Casas de Pessoal, podem inscrever uma ou mais equipas, de ambos os sexos, de forma a poderem tornar estas provas mais competitivas e participativas.

Os torneios decorrerão em Lisboa (aguardando-se a confirmação do local), às segundas-feiras, das 19h00 às 24h00, podendo ainda, caso haja necessidade, realizar-se jogos às terças-feiras, no mesmo horário.

Para que se possa preparar convenientemente os torneios, bem como calcular o número de jogos a realizar, e a conse-

quente taxa de inscrição, o STAS necessita que os interessados façam chegar ao Sindicato, com a maior urgência, até 20 de dezembro, informação sobre a inscrição e número de equipas.

As equipas femininas têm uma palavra a dizer, ajudando a aumentar o número de participantes.

O primeiro torneio foi um sucesso, que o Sindicato espera repetir este ano e aumentar, com mais participantes e mais equipas.

Para mais informações e esclarecimento de dúvidas, os interessados podem contactar o STAS através do email [mariorubio@stas.pt](mailto:mariorubio@stas.pt) ou do telefone 218 802 160. ■





## SBSI explica negociações com BCP aos trabalhadores

As pretensões do banco e as propostas dos Sindicatos da Febase para um eventual acordo de ajustamento salarial estiveram em debate nas reuniões do SBSI com trabalhadores

TEXTO: **INÊS F. NETO**

**E** esclarecer os trabalhadores do BCP sobre o âmbito das negociações entre os sindicatos da Febase e a administração do BCP foi o objetivo das reuniões de 27 e 28 de novembro, no Tagus Park em Lisboa, para as quais o SBSI convocou todos os sócios no banco, à semelhança do que SBN e SBC fizeram nas suas áreas.

Apesar da disponibilidade da Direção, a adesão foi diminuta face ao universo de sócios do Sindicato no BCP, o que pode pressupor que os trabalhadores aguardam ainda a evolução do processo.

Os encontros decorreram num ambiente calmo, com um ou outro momento de tensão, natural em assembleias onde o futuro individual e coletivo está em discussão. Os trabalhadores presentes colocaram dúvidas, a maioria das quais sobre questões como as implicações do despedimento coletivo, o processo de reforma antecipada ou quais os escalões salariais e o valor percentual dos cortes em negociação.

Paulo Alexandre, responsável pelo Pelouro da Contratação, fez um breve resumo dos fatores que levaram o banco a propor o ajustamento salarial aos sindicatos. "Inicialmente o BCP queria aplicar no banco a tabela do ACT do setor bancário e partir dessa base proceder aos respetivos ajustamentos salariais. Foi assim que começaram as conversações", explicou.

O dirigente do SBSI explanou a contraproposta sindical, que salvaguarda sempre o vencimento base (valor do nível), as diuturnidades e o subsídio de refeição. "O nosso principal objetivo é evitar o despedimento coletivo, defendendo o maior número possível de postos de trabalho. Por outro lado, se houver acordo os trabalhadores que optarem por rescindir o contrato ou pela reforma antecipada fá-lo-ão em melhores condições", sublinhou.



Na reunião do Tagus Park, o SBSI esteve representado por Abílio Coelho, Rui Mouzinho, Paulo Alexandre e o advogado José António Costa

### Acordo será para todos

Paulo Alexandre adiantou que caso venha a haver um acordo, este será temporário e, no final do prazo, o banco devolverá aos trabalhadores o que lhes foi retirado por força do ajustamento salarial. Também será retomado na íntegra o ACT do BCP atualmente em vigor.

Em resposta a um trabalhador, o coordenador do Pelouro da Contratação adiantou que os direitos sociais manter-se-ão inalterados enquanto vigorar o acordo.

"Estamos a negociar, nada está ainda acabado", frisou Paulo Alexandre.



Encontro com os trabalhadores no Clube BES, em Lisboa

O dirigente adiantou ainda que só haverá acordo se a sua aplicação se estender a todos os trabalhadores. "Caso se chegue a entendimento, o acordo será único e celebrado com todos os sindicatos", disse, acrescentando que o BCP solicitará ao Governo a publicação de uma Portaria de Extensão, um instrumento normativo que impõe o acordo a todo o universo.

### Despedimento coletivo

Numa abordagem meramente jurídica, José António Costa, advogado do SBSI, explicou o procedimento inerente ao despedimento coletivo.

Considerando o despedimento coletivo "a bomba atómica da relação laboral", o advogado referiu que o processo se inicia pela explicação da motivação. No caso do BCP existe a imposição de redução de pessoal por parte da Comissão Europeia a instituições cofinanciadas com verbas europeias, além da autorização da DGComp. "Esta motivação passa o crivo da jurisprudência", considerou.

"A alteração ao Código do Trabalho tornou o despedimento coletivo um mecanismo muito mais flexível, que já pode ser utilizado por empresas que não estão em pré-insolvência", disse José António Costa, concluindo: "É esta abordagem que tem de ser feita à possibilidade de despedimento coletivo no BCP." ■





Na reunião em que Rui Riso foi eleito presidente

## UNIMed propõe pacto social para um setor sustentável

A estrutura mediterrânica da UNI quer o setor financeiro europeu ao serviço da economia real, do desenvolvimento sustentável e da dignidade do ser humano

TEXTO: **INÉS F. NETO**



Rui Riso (ao centro) na reunião de Valência

A proposta de um pacto social europeu para um setor financeiro sustentável foi aprovada na reunião dos sindicatos da UNI-Finanças do Mediterrâneo, que decorreu em Valência, Espanha, a 14 e 15 de novembro. Na ocasião, Rui Riso foi eleito presidente da UNIMed, órgão não formal da UNI-Finanças que é um fórum de debate e intervenção sindical daquela área regional.

O pacto social, que será defendido em todas as sedes nacionais e internacionais, tem por objetivo colocar o setor financeiro europeu ao serviço da economia real. Nesse sentido, propõe que se alie a modernização aos valores que até há pouco caracterizavam o setor: fiabilidade e reputação. Do mesmo modo, é preciso que a atuação do setor tenha em conta o seu impacto social, cultural, civil e no meio

ambiente, sendo motor de desenvolvimento e do emprego de qualidade.

Proteger e apoiar a economia e as empresas, respeitando os direitos dos consumidores e dos clientes; imprimir às suas ações os princípios da responsabilidade social corporativa, com uma visão de longo prazo e valorizando os recursos humanos; e respeitar as necessidades dos mais frágeis, cujo apoio do setor financeiro neste momento difícil é fundamental, são outros fatores essenciais a uma banca ao serviço da economia real.

Para os sindicatos da UNIMed, questões relacionadas ao impacto sobre o emprego, a profissão, a ética e a equidade – que estão na base da proposta de pacto social europeu – devem acompanhar o desenvolvimento das novas normas que regula-

rão o mercado financeiro. Nesse sentido, a estrutura apela às autoridades europeias para uma rápida aprovação da proposta da Comissão Europeia nesta matéria.

Recorde-se que a UNIMed congrega sindicatos filiados na UNI-Finanças do Sul da Europa, Norte de África e Médio Oriente – nomeadamente Portugal, Chipre, Grécia, Itália, Malta, Espanha, Turquia, Marrocos e Líbano –, estando aberta à inclusão de outros países da região. A organização representa mais de meio milhão de trabalhadores da banca e seguros.

A delegação portuguesa foi constituída por Carlos Silva e Aníbal Ribeiro, ambos do SBC, por Paulo Alexandre e João Carvalho, do SBSI e ainda por Paula Viseu, Vânia Ferreira e Rui Riso, elementos com responsabilidades na UNI. ■

## Futsal Leopardos terminam à frente

As três últimas rondas definiram as equipas que passaram aos quartos de final. Os Leopardos venceram a fase de grupos

TEXTO: **PEDRO GABRIEL**



O momento em que os Leopardos marcam um dos golos da jornada

Já a BCP Foot Vet (Millennium bcp) levou de vencida a Portugais (BdP), por 4-1, ao passo que o Clube GBES (BES) bateu os Krakes do Kintal (Millennium bcp) por 5-0.

A 6.ª jornada começou com uma história curta. Os Krakes do Kintal apresentaram-se diante da Fapoc Vet com apenas quatro elementos, o que obrigou à interrupção do jogo, aos 3', e numa altura em que já perdiam por 2-0.

A Portugais triunfou diante do Clube GBES, por 4-1. Carlos Rodrigues fez um hat-trick.

O terceiro jogo acabou com uma goleada. O BCP Foot Vet venceu o GDCTU, por 10-0. Os Leopardos folgaram nesta ronda.

### Favoritismo confirmado

Na última jornada, os Leopardos golearam a Portugais, por 6-0. Ao intervalo, já se registava um *score* de 4-0.

A partida seguinte opôs o GDCTU à Fapoc Vet e terminou com a vitória dos segundos, por 7-3, enquanto Clube GBES e BCP Foot Vet encerraram esta fase: 3-0 para o conjunto do Millennium bcp foi o resultado final.

Com todos os jogos realizados, a classificação final ficou assim ordenada: 1.º Leopardos, 17 pontos; 2.º BCP Foot Vet, 15; 3.º Fapoc Vet, 15; 4.º Portugais, 12; 5.º Clube GBES, 11; 6.º Krakes do Kintal, 8; 7.º GDCTU, 6 (eliminada).

Os quartos de final realizaram-se no dia 7 de dezembro com as seguintes partidas: Clube GBES - Uniteam (Setúbal); Krakes do Kintal - Doc (Évora); Leopardos - BCP Foot Vet e Portugais - Fapoc Vet. Daremos conta dos resultados dos quartos e meias-finais em futuras publicações. ■

Ligue Grátis

800 200 343

www.widex.pt

# UMA PARCERIA QUE O VAI DEIXAR A OUVIR MELHOR.

## 3 VANTAGENS ÚNICAS WIDEX PARA O BENEFÍCIO SAMS:

- 1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.**  
Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.
- 2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008\***  
Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo de proveito do seu aparelho Auditivo WIDEX.
- 3. Melhoria da sua qualidade de vida.**  
Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.



**WIDEX®**  
CENTROS AUDITIVOS

## OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonia, Lisboa ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país.  
Saiba tudo sobre a sua audição em [www.widex.pt](http://www.widex.pt)



Amora | Angra do Heroísmo | Aveiro | Braga | Campo Maior | Cascais\* | Castelo Branco\* | Chaves | Coimbra\* | Covilhã | Évora | Faial | Faro\*  
Funchal | Guarda | Ilha do Pico | Leiria\* | Lisboa\* | Ponta Delgada | Porto\* | Portalegre | Setúbal\* | Sines | Távora | Viseu\*

\*(Centros Auditivos com actividade certificada.)